

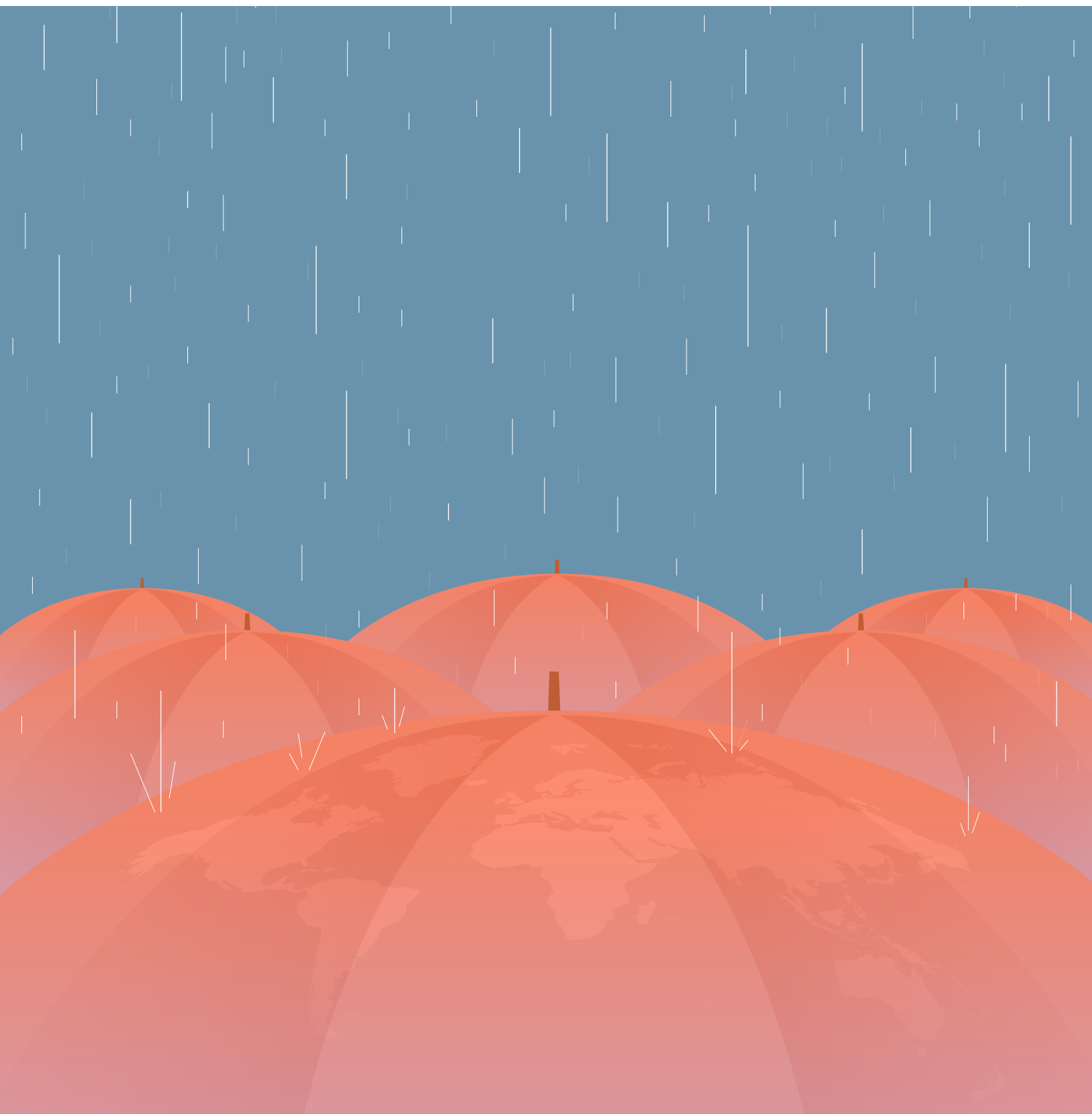
Resumo

# Relatório do Desenvolvimento Humano 2014



## Sustentar o Progresso Humano:

Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência



Copyright © 2014  
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão

Está disponível um registo de catálogo para este livro na Biblioteca Britânica e na Biblioteca do Congresso.

Impresso nos Estados Unidos por PBM Graphics, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council®. Impresso com tintas à base de óleos vegetais.

[FSC LOGO WILL BE INSERTED HERE]

Edição e produção: Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA  
Design de informação e visualização de dados: Accurat s.r.l., Milão, Itália

Para uma lista de erros e omissões detetados após a impressão, visite o nosso sítio Web em <http://hdr.undp.org>

# Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014

## **Diretor e autor principal**

Khalid Malik

## **Diretora-Adjunta**

Eva Jespersen

## **Investigação e estatística**

Maurice Kugler (Chefe de Investigação), Milorad Kovacevic (Chefe de Estatística), Subhra Bhattacharjee, Astra Bonini, Cecilia Calderon, Alan Fuchs, Amie Gaye, Sasa Lucic, Arthur Minsat, Shivani Nayyar, Pedro Martins, Tanni Mukhopadhyay e José Pineda

## **Comunicações e produção**

William Orme (Chefe de Comunicações), Botagoz Abreyeva, Eleonore Fournier-Tombs, Anna Ortubia, Admir Jahic, Brigitte Stark-Merklein, Samantha Wauchope e Grace Sales

## **Apoio aos Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais**

Jon Hall (Head of Team), Christina Hackmann and Mary Ann Mwangi

## **Áreas operacional e administrativa**

Sarantuya Mend (Diretora Operacional), Mamaye Gebretsadik e Fe Juarez-Shanahan

## Resumo

# Relatório do Desenvolvimento Humano 2014

---

## Sustentar o Progresso Humano:

Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência



Publicado pelo  
Programa das  
Nações Unidas  
para o Desenvolvimento  
(PNUD)

*Agradecimento:*

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013* só foram possíveis graças ao apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

# Prefácio

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014—*Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*—debruça-se sobre dois conceitos interligados e extremamente importantes para a salvaguarda do progresso realizado em matéria de desenvolvimento humano.

Desde a primeira publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) global pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, é possível observar que a maioria dos países registou um desenvolvimento humano significativo. O Relatório do corrente ano mostra que as tendências gerais a nível mundial são positivas e que o progresso continua a ser uma realidade. Contudo, há vidas perdidas e meios de subsistência e desenvolvimento comprometidos por crises e catástrofes naturais ou de origem humana.

Tais reveses não são, todavia, inevitáveis. Muito embora todas as sociedades sejam vulneráveis a riscos, algumas são muito menos penalizadas e recuperam com maior celeridade do que outras quando se veem confrontadas com a adversidade. O presente Relatório procura saber as razões dessa dicotomia e, pela primeira vez num HDR global, contempla as questões da vulnerabilidade e da resiliência pelo prisma do desenvolvimento humano.

Grande parte da atual investigação sobre vulnerabilidade tem em conta a exposição das pessoas a determinados riscos e, frequentemente, num setor específico. Este Relatório adota uma abordagem diferente e mais holística. Tem em consideração os fatores que comportam riscos para o desenvolvimento humano e, em seguida, analisa formas possíveis de reforçar a resiliência a um leque alargado de riscos emergentes.

Esta abordagem é especialmente importante num mundo interligado como o nosso. Muito embora a globalização tenha sido benéfica para muitos, também deu azo a novas preocupações, manifestando-se por vezes como reações locais às repercussões de acontecimentos longínquos. Preparar os cidadãos para um futuro menos vulnerável significa reforçar a resiliência intrínseca de comunidades e de países. O presente Relatório lança as bases desse processo.

Em consonância com o paradigma do desenvolvimento humano, o Relatório adota uma abordagem centrada nas pessoas, prestando especial atenção às disparidades existentes entre os países e no interior dos mesmos. Identifica os grupos de indivíduos “estruturalmente vulneráveis”, que são mais vulneráveis do que outros em razão da sua história ou da desigualdade de tratamento de que são alvo pelo resto da sociedade. Muitas vezes, estas vulnerabilidades não só passam por transformações sucessivas como persistem por longos períodos de tempo e podem estar associadas a determinados fatores, designadamente género, etnicidade, indigenismo ou localização geográfica, entre outros. Muitos dos grupos e indivíduos mais vulneráveis veem a sua capacidade de resposta aos contratempos reduzida por restrições várias e concomitantes. Por exemplo, os indivíduos que são pobres e pertencem simultaneamente a uma minoria, ou que são do sexo feminino e portadores de deficiência, enfrentam numerosas barreiras que podem reforçar-se mútua e negativamente.

O Relatório analisa as mutações das vulnerabilidades ao longo da vida, adotando uma abordagem de “ciclo de vida”. Ao contrário de modelos mais estáticos, esta análise sugere que crianças, adolescentes e adultos enfrentam diferentes conjuntos de riscos que exigem respostas específicas. Algumas fases da vida são identificadas como especialmente importantes: por exemplo, os primeiros 1 000 dias da vida de uma criança, a transição da escola para o trabalho ou do trabalho para a reforma. Os contratempos ocorridos nestes períodos podem ser especialmente difíceis de superar e ter repercussões de efeito prolongado.

Com base na análise dos dados disponíveis, o presente Relatório formula uma série de recomendações importantes suscetíveis de criar um mundo capaz de enfrentar as vulnerabilidades e reforçar a resiliência a futuros choques. Apela ao acesso universal aos serviços sociais básicos, em especial saúde e educação, a uma proteção social mais forte, designadamente pensões e subsídios de desemprego, e a um compromisso com o pleno emprego que reconheça que o valor do emprego vai muito além do

rendimento que gera. Examina a importância de instituições equitativas e com capacidade de resposta e de uma maior coesão social que favoreça o reforço da resiliência ao nível das comunidades e a redução do potencial de eclosão de conflitos.

O Relatório reconhece que, independentemente do grau de eficácia das políticas na redução de vulnerabilidades inerentes, as crises continuarão a ocorrer com consequências potencialmente devastadoras. É, pois, vital o reforço de capacidades de resposta e recuperação de catástrofes, que permita às comunidades fazer frente e recuperar de choques ou impactos. A nível mundial, reconhecendo que os riscos são, por natureza, transfronteiriços e requerem uma ação coletiva, o Relatório exorta a compromissos globais e a uma melhor governação internacional.

Estas recomendações são importantes e oportunas. No momento em que os Estados Membros das Nações Unidas se preparam para concluir as negociações sobre a agenda do desenvolvimento pós—2015 e lançar um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, os dados recolhidos e analisados no presente Relatório, bem como a perspetiva do desenvolvimento humano que lhe serve de base, revelam-se particularmente valiosos. Por exemplo, a erradicação da pobreza será um objetivo central da nova agenda. No entanto, o Relatório defende que a precariedade dos progressos alcançados no domínio do desenvolvimento se mantém, se as pessoas continuarem

em risco de regressar a uma situação de pobreza devido a fatores estruturais e vulnerabilidades persistentes. A erradicação da pobreza não passa apenas por “chegar ao nível zero”, mas também por o manter.

Para realizar a visão do PNUD de ajudar os países a alcançar simultaneamente a erradicação da pobreza e a redução significativa de desigualdades e de exclusão, bem como de promover o desenvolvimento humano e sustentável, importa aprofundar os conceitos de vulnerabilidade e resiliência. A menos que – e até que – as vulnerabilidades sejam resolvidas com eficácia e todas as pessoas tenham a oportunidade de participar do progresso alcançado no desenvolvimento humano, os avanços conseguidos não serão nem equitativos nem sustentáveis.

O presente Relatório visa ajudar os decisores e outros atores no domínio do desenvolvimento a preservar as conquistas em matéria de desenvolvimento através de políticas que reduzam as vulnerabilidades e reforcem a resiliência. Recomendando-o a todos os que aspiram a um progresso sustentado do desenvolvimento, em especial em benefícios das pessoas mais vulneráveis do mundo.



Helen Clark  
*Administradora do PNUD*

# Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014

Prefácio

Agradecimentos

Síntese

## CAPÍTULO 1

### **Vulnerabilidade e desenvolvimento humano**

Uma perspectiva de desenvolvimento humano

Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável

Escolhas e capacidades

Políticas e ação coletiva

## CAPÍTULO 2

### **Estado do desenvolvimento humano**

Progresso humano

Ameaças ao desenvolvimento humano

## CAPÍTULO 3

### **Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável**

Capacidades relacionadas com a vida e vulnerabilidades do ciclo de vida—interdependentes e cumulativas

Vulnerabilidades estruturais

Violência de grupo e vidas inseguras

## CAPÍTULO 4

### **Reforçar a resiliência: liberdades alargadas, escolhas protegidas**

Aprovisionamento universal de serviços sociais básicos

Lidar com as vulnerabilidades no ciclo de vida—a importância de uma intervenção oportuna

Promover o pleno emprego

Reforçar a proteção social

Abordar a inclusão na sociedade

Melhoria das capacidades com vista à preparação para as crises e à recuperação

## CAPÍTULO 5

### **Aprofundar o progresso: bens globais e ação coletiva**

Vulnerabilidades transnacionais e aspetos comuns

Colocar as pessoas em primeiro lugar num mundo globalizado

Medidas coletivas em prol de um mundo mais seguro

Notas

Bibliografia

## ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor

Classificação do IDH de 2013

Tabelas estatísticas

1. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
2. Tendências dos Indicadores do Desenvolvimento Humano, 1980—2013
3. Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
4. Índice de Desigualdade de Género
5. Índice de Desenvolvimento Humano por Género
6. Índice de Pobreza Multidimensional
- 6A. Índice de Pobreza Multidimensional—alterações ao longo do tempo em alguns países selecionados (países selecionados)
7. Saúde infantil e juvenil
8. Saúde dos adultos e despesas de saúde
9. Educação
10. Controlo e afetação dos recursos
11. Competências sociais
12. Insegurança pessoal
13. Integração internacional
14. Ambiente
15. Tendências populacionais
16. Indicadores suplementares: percepções de bem-estar

Regiões

Referências estatísticas



# Resumo

Como os sucessivos *Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH)* têm demonstrado, regista-se uma melhoria constante no plano do desenvolvimento humano para a maioria das pessoas na maioria dos países. Os avanços na tecnologia, educação e rendimentos constituem uma promessa sempre crescente de uma vida mais longa, mais saudável e mais segura. No entanto, também se vive hoje, em todo o mundo, um sentimento generalizado de precariedade – no que respeita aos meios de subsistência, à segurança pessoal, ao ambiente e à política mundial. As grandes conquistas em aspetos cruciais do desenvolvimento humano, como a saúde e a nutrição, rapidamente podem ser postas em causa por uma catástrofe natural ou uma grave crise económica. Os roubos e agressões podem deixar as pessoas debilitadas, física e psicologicamente. A corrupção e instituições públicas sem capacidade de resposta podem privar aqueles que carecem de ajuda, dos necessários recursos.

Alcançar um progresso real em matéria de desenvolvimento humano não passa, assim, unicamente por ampliar o leque de opções de escolha determinantes das pessoas e a sua capacidade de acederem à educação e à saúde e de desfrutarem de um nível de vida razoável e de uma sensação de segurança. Depende também do grau de solidez dessas conquistas e da existência de condições suficientes para um desenvolvimento humano sustentado. Um balanço dos progressos em matéria de desenvolvimento humano que não inclua a abordagem e avaliação da vulnerabilidade estará sempre incompleto.

O conceito de vulnerabilidade é tradicionalmente utilizado para descrever a exposição ao

risco e a gestão de risco, incluindo a prevenção de choques e a diversificação de ativos e fontes de receita. O presente Relatório adota uma abordagem mais abrangente, destacando as ligações estreitas entre redução da vulnerabilidade e progressão no desenvolvimento humano. Introduzimos o conceito de *vulnerabilidade humana* para descrever as perspetivas de deterioração das capacidades e escolhas das pessoas. A vulnerabilidade enquanto conceito torna-se menos abstrata quando é decomposta em quem é vulnerável, a quê e porquê (figura 1).

Colocamos especial ênfase nos fatores sistémicos e persistentes de vulnerabilidade e questionamos os motivos que levam a que alguns

FIGURA 1

## Quem é vulnerável, a quê e porquê?



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A vulnerabilidade ameaça o desenvolvimento humano—e, a menos que seja abordada de forma sistemática, mediante a alteração das políticas e normas sociais, o progresso não será nem equitativo nem sustentável

indivíduos superem melhor do que outros a adversidade. As pessoas experimentam graus variáveis de insegurança e diferentes tipos de vulnerabilidade em diferentes fases do ciclo de vida. Visto que as crianças, os adolescentes e os idosos são intrinsecamente vulneráveis, questionamos os tipos de investimentos e intervenções que podem reduzir a vulnerabilidade própria dos períodos sensíveis de transição do ciclo de vida.

O presente Relatório advoga a ideia de que um desenvolvimento sustentado das capacidades dos indivíduos e das sociedades é necessário à redução das vulnerabilidades persistentes - muitas das quais são estruturais ou estão ligadas ao ciclo de vida.

O progresso tem de consistir na promoção de um desenvolvimento humano resiliente. Embora o significado de resiliência seja muito controverso, damos ênfase na *resiliência humana* - em assegurar que as pessoas façam escolhas sólidas, agora e no futuro, que as habilitem a enfrentar e a adaptar-se a adversidades.

As instituições, estruturas e normas podem reforçar ou enfraquecer a resiliência humana. As políticas estatais e as redes comunitárias de apoio podem empoderar as pessoas para ultrapassar ameaças quando e onde elas surjam, ao passo que a desigualdade horizontal é suscetível de afetar a capacidade de resposta de grupos específicos.

O presente Relatório debruça-se sobre tipos de políticas e reformas institucionais aptos a conferir resiliência ao tecido das sociedades e, em particular, a grupos excluídos e em etapas sensíveis do ciclo de vida. Analisa medidas universais aptas a pôr cobro à discriminação, com um enfoque na necessidade de ação coletiva tendente a resolver a vulnerabilidade imputável a instituições nacionais sem capacidade de resposta e a deficiências da governação global.

## Progresso humano

O RDH de 2013 revelou que mais de 40 países em desenvolvimento—concentrando a maioria da população mundial—registaram ganhos mais significativos do que o previsto no Índice de Desenvolvimento Humano, atendendo à situação apresentada em 1990. Não podemos, todavia, tomar tais resultados como certos. Os dados mostram que a taxa geral de progresso tem vindo a abrandar em todos os agrupamentos de

desenvolvimento humano (figura 2).<sup>4</sup> Atualmente é fundamental fazer face à vulnerabilidade para garantir ganhos e prevenir perturbações à continuação do progresso. Dada a preparação da agenda pós-2015 e a definição de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, é tempo de reflexão para a comunidade internacional, e uma oportunidade de mudança e de adoção de novas formas de cooperação mundial no sentido de reduzir vulnerabilidades persistentes e sistêmicas.

Cumprir ainda fazer uma pergunta básica: a quem pertence a prosperidade que observamos? É preciso ir além das médias e dos limiares de rendimento para adquirir uma visão mais completa da distribuição das melhorias do nível de bem-estar pelos indivíduos, comunidades e países. A perda média de valor de desenvolvimento humano imputável à desigualdade declinou na maioria das regiões, nos últimos anos, graças sobretudo aos amplos ganhos registados na área da saúde. Contudo, as disparidades de rendimento cresceram em várias regiões, enquanto a desigualdade na educação se manteve genericamente estável. A redução da desigualdade é de celebrar, porém contrabalançar disparidades crescentes de rendimento com progressos na saúde não chega. Para combater a vulnerabilidade, principalmente nos grupos marginalizados, e consolidar as conquistas recentes, é essencial reduzir a desigualdade em todas as dimensões do desenvolvimento humano.

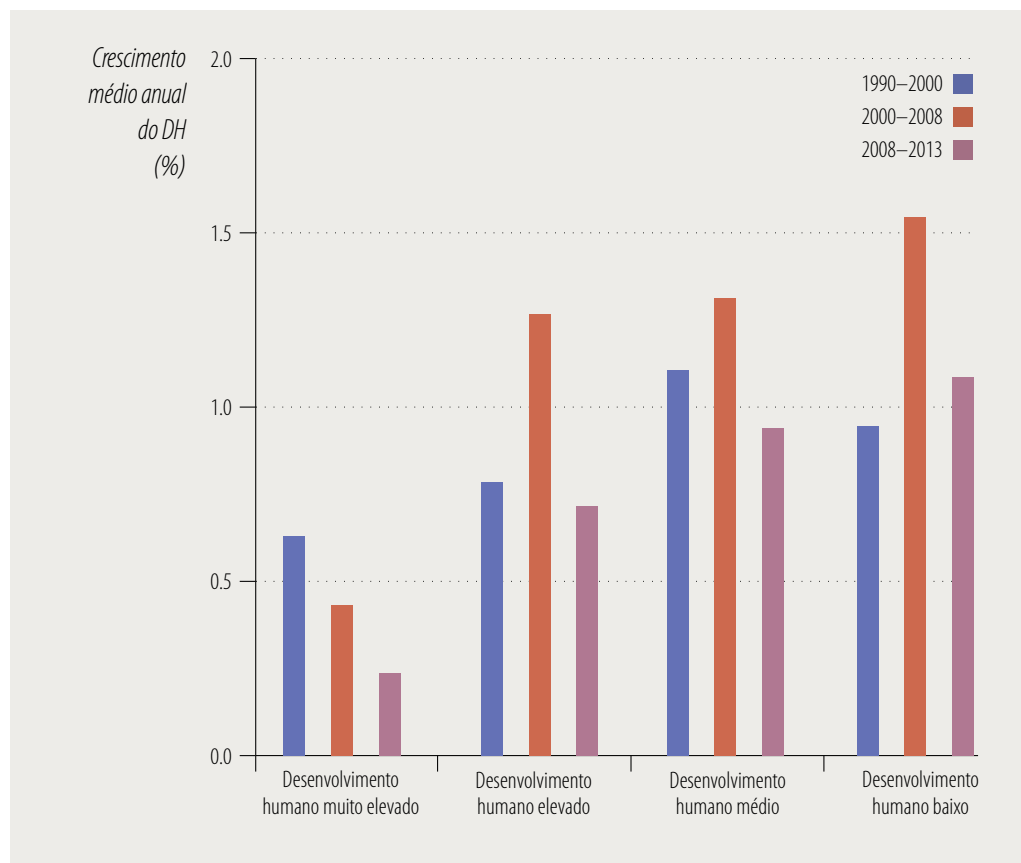
## Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável

Entre os mais vulneráveis, estão os indivíduos que vivem em situação de pobreza e privação extremas. Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 2,2 mil milhões de pessoas vivem situação de pobreza multidimensional ou quase (figura 3), o que significa que mais de 15 por cento da população mundial continua vulnerável à pobreza multidimensional. Por outro lado, quase 80 por cento da população global não dispõe de proteção social alargada. Cerca de 12 por cento (842 milhões) padecem de fome crónica, e quase metade dos trabalhadores —mais de 1,5 mil milhões—trabalham em regime de emprego precário ou informal.



FIGURA 2

**Os quatro agrupamentos de desenvolvimento humano registaram um abrandamento no crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano**



Nota: Painel de 141 países desenvolvidos e em desenvolvimento, ponderado em função da população.  
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

As pessoas com capacidades essenciais limitadas, na educação e na saúde, por exemplo, estão menos habilitadas a viver com facilidade vidas que valorizem. Além disso, as suas escolhas podem ser limitadas ou restringidas por entraves sociais e outras práticas de exclusão. Em conjunto, capacidades limitadas e escolhas restringidas, impedem-nas de fazer face às ameaças. Em determinadas etapas do ciclo de vida, as capacidades limitadas podem dever-se a uma atenção e investimento inadequados nos momentos apropriados, produzindo vulnerabilidades que se vão acumulando e intensificando. Entre os fatores que condicionam o impacto e a capacidade de superar os choques e reveses estão as circunstâncias de nascimento, idade, identidade e estatuto socioeconómico—circunstâncias sobre as quais os indivíduos têm pouco ou nenhum controlo.

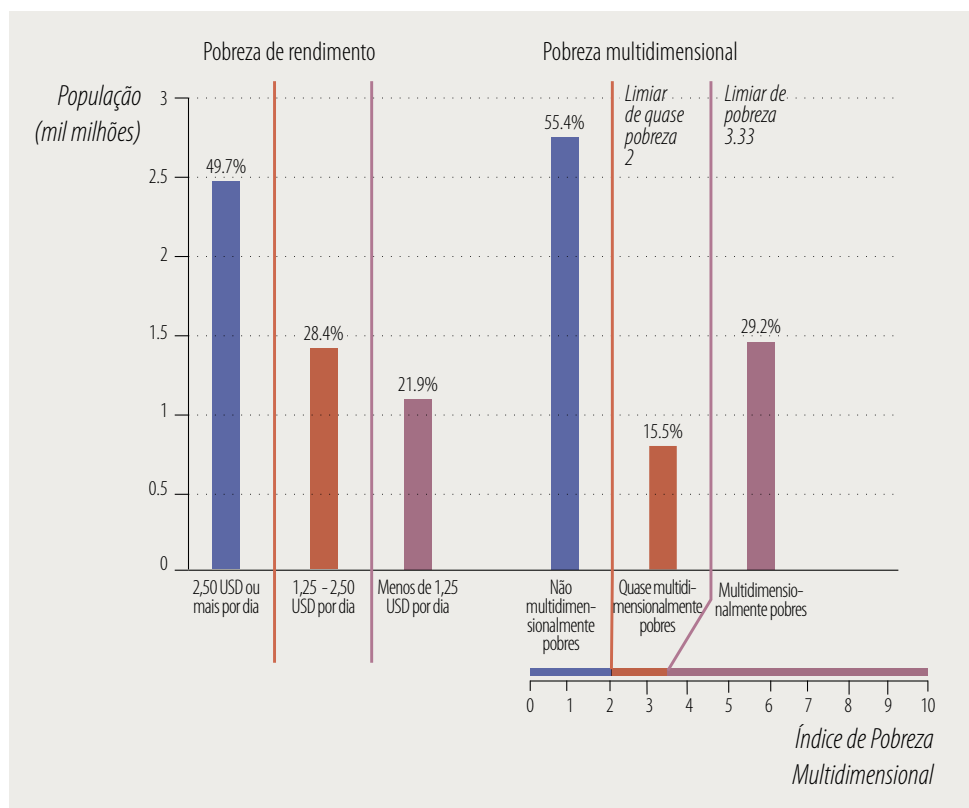
**Vulnerabilidades no ciclo de vida**

As capacidades são construídas ao longo da vida e têm de ser cultivadas e mantidas; caso contrário, correm o risco de estagnação. Muitas das vulnerabilidades (e pontos fortes) das pessoas são fruto das suas histórias de vida, em que resultados passados influenciam a exposição atual e as formas de superação. A formação das capacidades relacionadas com a vida tem duas vertentes. Em primeiro lugar, as capacidades, em qualquer etapa da vida, são afetadas por investimentos realizados em fases anteriores. São, igualmente, afetadas pela interação entre o meio envolvente imediato, a comunidade e a sociedade. Em segundo lugar, os choques de curto prazo têm frequentemente consequências de longo prazo. Os indivíduos podem não recuperar automaticamente do que parece ser um choque transitório. Alguns efeitos podem ser revertidos, mas nem

A vulnerabilidade no ciclo de vida, a vulnerabilidade estrutural e insegurança pessoal são fontes determinantes de privação persistente—e devem ser consideradas para se garantir o desenvolvimento humano e a sustentabilidade do progresso

FIGURA 3

**Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia e 1,5 mil milhões de pessoas vivem em pobreza multidimensional**



Fonte: Pobreza multidimensional: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseados em vários inquéritos às famílias, designadamente os Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, os Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e diversos inquéritos nacionais às famílias; pobreza de rendimento: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseados em informação retirada da base de dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

sempre; a reversão depende do contexto e não compensa necessariamente os custos.

Quando os investimentos em capacidades relacionadas com a vida ocorrem mais cedo, as perspetivas de futuro são melhores (ver a linha azul contínua da figura 4). O oposto também é verdade: a falta de investimentos atempados e continuados em capacidades relacionadas com a vida podem comprometer gravemente a aptidão de um indivíduo para realizar o pleno potencial de desenvolvimento humano (ver a linha vermelha contínua na figura 4). As intervenções em fases posteriores podem ajudar os indivíduos a recuperar—mas geralmente só em parte—e a avançar para uma trajetória mais elevada no desenvolvimento humano (ver as linhas azuis tracejadas na figura 4).

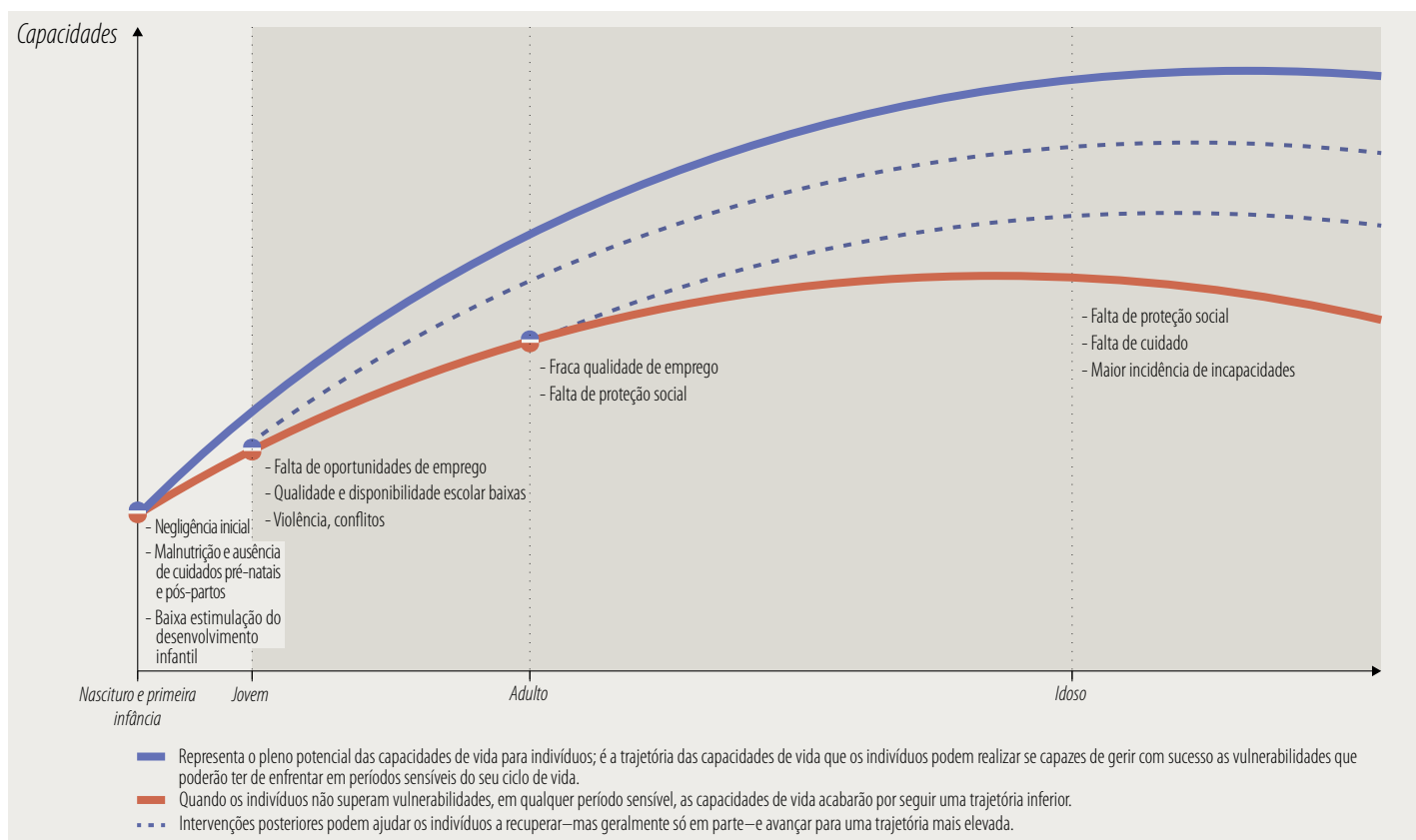
É com demasiada frequência que a pobreza perturba o curso normal do desenvolvimento na primeira infância—mais de uma em cada cinco crianças de países em desenvolvimento vivem

em situação de absoluta pobreza de rendimento e é vulnerável à má nutrição. Nos países em desenvolvimento (onde vivem 92 por cento das crianças) em cada 100 crianças 7 não sobrevivem para além dos cinco anos de idade, 50 não têm registo de nascimento, 68 não recebem educação na primeira infância, 17 não são matriculadas na escola primária, 30 sofrem atrasos no crescimento e 25 vivem em situação de pobreza. Fatores como alimentação, condições de saneamento e higiene inadequadas aumentam o risco de infeções e de atrasos no crescimento: quase 156 milhões de crianças sofrem atrasos no crescimento, resultado de subnutrição e infeções. A subnutrição contribui para 35 por cento das mortes por sarampo, malária, pneumonia e diarreia. O impacto é maior se a privação ocorrer na primeira infância.

Privadas de nutrição e cuidados de saúde de base, bem como de estímulos para a promoção de um crescimento saudável, muitas crianças pobres quando entram na escola não estão preparadas

FIGURA 4

**Quando os investimentos em capacidades relacionadas com a vida ocorrem mais cedo, as perspectivas de futuro são melhores**



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

para aprender, apresentando por isso um fraco desempenho escolar, repetindo anos e tendo mais probabilidades de abandonar os estudos. Aos 6 anos de idade, ou no início da vida escolar, uma criança pobre pode já encontrar-se em situação de desvantagem (figura 5). As disparidades de competências nascem cedo. Por exemplo, a acumulação de palavras começa muito cedo na vida. Nos Estados Unidos, aos 36 meses de idade verifica-se uma disparidade acentuada nas competências verbais de crianças oriundas de diferentes meios socioeconómicos, e as diferenças, ou trajetórias, nas competências verbais continuam a existir aos 9 anos de idade. Por conseguinte, as intervenções atempadas— como, por exemplo, investimentos na educação na primeira infância—revelam-se decisivas.

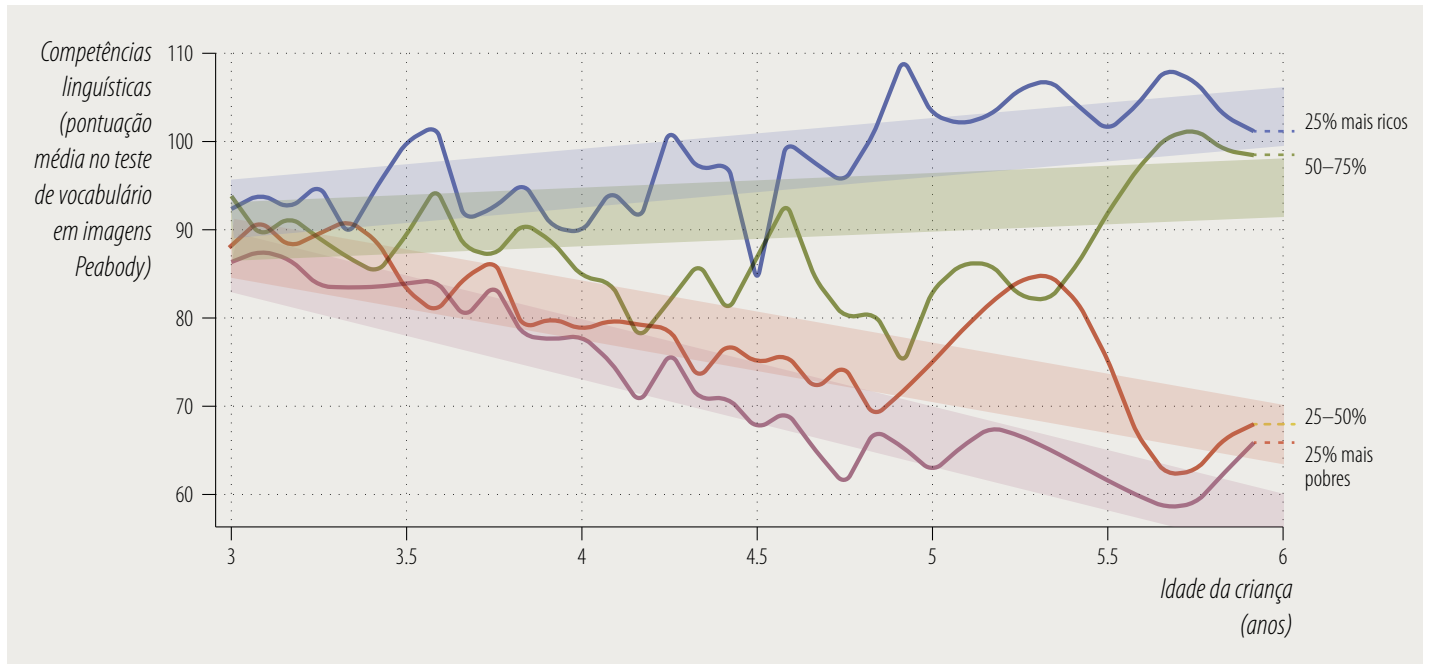
O período da juventude—entre os 15 e os 24 anos—é um período de transição essencial, em que as crianças aprendem a interagir com a sociedade e o mundo do trabalho. Em muitos países, o número de jovens tem vindo a aumentar. A

população jovem em todo o mundo é especialmente vulnerável à marginalização no mercado do trabalho por não dispor de experiência profissional, de redes sociais, de capacidades de procura de emprego ou recursos financeiros para procurar trabalho. Por isso, as probabilidades de se encontrarem em situação de desemprego, subemprego ou emprego com contrato precário são maiores. Em 2012, a taxa de desemprego jovem mundial estava estimada em 12,7 por cento—quase o triplo da taxa entre os adultos.

É fundamental definir políticas ambiciosas para corresponder às expectativas dos jovens no mercado de trabalho. Num cenário de “políticas ambiciosas”, o desemprego jovem mundial seria inferior a 5 por cento até 2050, devido ao duplo efeito de um menor número de jovens a entrar no mercado de trabalho e de um maior crescimento económico. No entanto, há a registar importantes heterogeneidades regionais. Num “cenário sem alterações de políticas (*status quo*)”, a disparidade

FIGURA 5

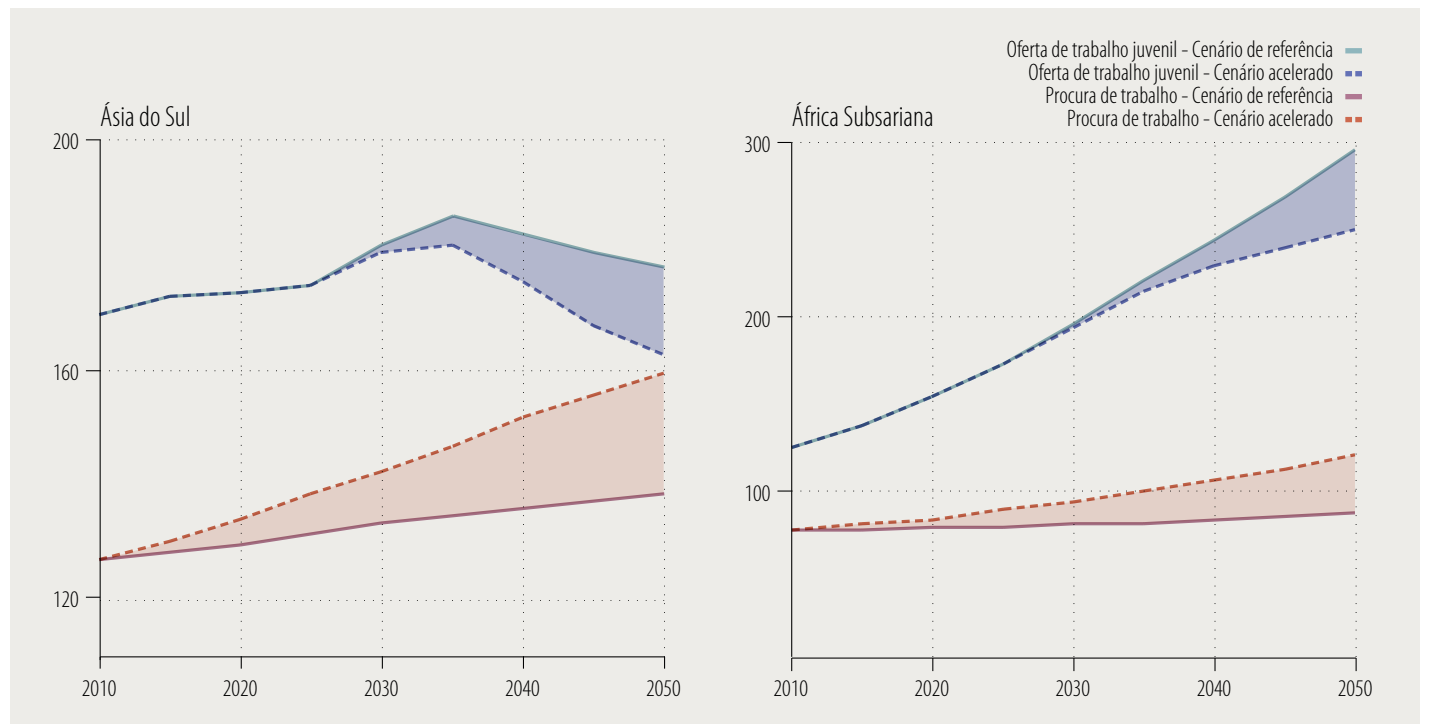
As crianças pobres aos 6 anos já se encontram em desvantagem no domínio vocabular, como se demonstra no caso do Equador



Fonte: Paxson e Schady 2007.

FIGURA 6

Políticas de educação acelerada e crescimento económico rápido eliminarão a disparidade entre oferta e procura de trabalhadores jovens na Ásia do Sul e contribuirão para a sua redução na África Subsaariana entre 2010 e 2050



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013) e Centro Frederick S. Pardee para os Futuros Internacionais da Universidade de Denver(2013).

continuará a agravar-se, em especial na África Subsariana. Todavia, o cenário de políticas ambiciosas (políticas de educação acelerada e rápido crescimento económico) poderia colmatar a disparidade a nível de oferta e procura de trabalhadores jovens na Ásia do Sul, reduzindo-a na África Subsariana (figura 6). Na Ásia do Sul, a disparidade seria colmatada até 2050 em virtude do duplo efeito das políticas educativas na dinâmica da população (que reduziria o número de jovens a entrar no mercado de trabalho) e do crescimento económico mais elevado. Quanto à África Subsariana, seriam necessárias políticas suplementares destinadas a aumentar o ritmo de crescimento do emprego para colmatar a disparidade.

A pobreza e a exclusão social são problemas intrínsecos do envelhecimento, especialmente porque cerca de 80 por cento da população idosa mundial não beneficia de uma pensão e depende do trabalho e da família para obter rendimento. Além disso, à medida que envelhecem, as pessoas tornam-se em geral mais vulneráveis do ponto de vista físico, mental e económico. A pobreza na terceira idade é, com mais frequência, crónica, uma vez que a falta de oportunidades económicas e de segurança nas fases iniciais da vida transforma-se em vulnerabilidade na velhice. As desvantagens acumuladas durante a juventude implicam igualmente a transferência da pobreza de uma geração para outra.

## Vulnerabilidades estruturais

Sempre que as instituições sociais e jurídicas, estruturas de poder, espaços políticos ou tradições e normas socioculturais não servem os membros da sociedade de forma equitativa—e sempre que criam barreiras estruturais ao exercício dos direitos e das escolhas de alguns indivíduos e grupos—dão lugar a vulnerabilidades estruturais. As vulnerabilidades estruturais manifestam-se, geralmente, através de desigualdades profundas e pobreza generalizada, associadas a desigualdades horizontais ou específicas dos grupos, baseadas na pertença socialmente construída e reconhecida a grupos. Os pobres, as mulheres, as minorias (étnicas, linguísticas, religiosas, migrantes ou sexuais), os povos indígenas, as pessoas de zonas rurais ou remotas ou portadoras de deficiência, bem como países sem fronteiras marítimas ou com recursos naturais limitados, tendem a enfrentar entraves comparativamente maiores, por vezes de natureza

jurídica, no reforço de capacidades, no exercício de escolhas e na reivindicação dos seus direitos a apoio e proteção em caso de choques.

A insegurança dos que enfrentam vulnerabilidades estruturais tem evoluído e persistido durante longos períodos de tempo, criando divisões—de género, etnicidade, raça, tipo de emprego e estatuto social—que não são fáceis de superar. Os indivíduos que são estruturalmente vulneráveis podem ser tão capazes como os demais, mas poderão ainda assim ter de enfrentar entraves suplementares para superar condições adversas. Por exemplo, os indivíduos portadores de deficiência deparam-se frequentemente com dificuldades de acesso aos transportes públicos, aos edifícios de serviços do Estado e a outros espaços públicos como hospitais, o que torna ainda mais difícil a sua participação na vida económica, social e política, ou até a obtenção de ajuda quando confrontados com ameaças ao seu bem-estar físico.

Muitos veem a sua capacidade de resposta limitada por restrições estruturais coexistentes—por exemplo, indivíduos pobres e pertencentes a um grupo minoritário ou mulheres portadoras de deficiência. Três quartos da população pobre mundial vivem em zonas rurais, registando-se entre os trabalhadores agrícolas a mais elevada prevalência de pobreza. São reféns de ciclos complexos de baixa produtividade, desemprego sazonal e baixos salários, sendo especialmente vulneráveis à alteração dos padrões meteorológicos. As minorias étnicas e religiosas privadas de direitos de voto são vulneráveis a práticas de discriminação, dispõem de acesso limitado a sistemas judiciais formais e sofrem com o legado de repressão e preconceito. Os povos indígenas, que correspondem a cerca de 5 por cento da população mundial, representam cerca de 15 por cento dos pobres do mundo, um terço dos quais em situação de pobreza rural extrema. À escala mundial, mais de 46 por cento das pessoas com 60 anos ou mais de idade sofrem de uma deficiência e enfrentam por isso sérios obstáculos a uma participação plena na sociedade, agravados ainda por atitudes sociais discriminatórias.

## Violência entre grupos e vidas inseguras

Os conflitos e os sentimentos de insegurança pessoal têm impactos adversos persistentes no plano do desenvolvimento humano e conduzem milhares de milhões de pessoas a condições de

## Princípios e políticas

Tendo por base ideias que regem o desenvolvimento humano e a promoção da igualdade de oportunidades de vida, propomos quatro princípios orientadores para a concepção e execução de políticas que reduzam as vulnerabilidades e reforcem a resiliência.

### Abraçar a universalidade

Todos os indivíduos têm igual valor e igual direito a proteção e apoio. Assim, impõe-se um maior reconhecimento de que os mais expostos a riscos e ameaças, crianças ou pessoas portadoras de deficiência, podem necessitar de apoio adicional com vista a garantir que as suas oportunidades de vida sejam iguais às dos demais. A universalidade pode, por isso, exigir direitos e atenção desiguais. O mesmo raciocínio poderá exigir um tratamento desigual a favor dos desfavorecidos.<sup>1</sup>

### Colocar as pessoas em primeiro lugar

A redução de vulnerabilidades apela à renovação da mensagem essencial do desenvolvimento humano “colocar as pessoas em primeiro lugar”—uma mensagem constantemente promovida em todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, desde o primeiro publicado em 1990. Todas as políticas públicas, em especial a macroeconómica, devem ser vistas como um meio para atingir um fim e não como um fim em si mesmas. É preciso que os decisores políticos façam algumas perguntas essenciais. Estará o crescimento económico a melhorar a vida das pessoas em aspetos efetivamente importantes - saúde, educação e rendimentos - que permitam a segurança humana e liberdades pessoais de base? Sentirão as pessoas maior vulnerabilidade? Estarão algumas pessoas a

ser deixadas para trás? E, em caso afirmativo, quem são, e como podem essas vulnerabilidades e desigualdades ser abordadas com maior eficácia?

### O empenho na ação coletiva

Os desafios atuais exigem uma ação coletiva. Quando agem coletivamente, os indivíduos mobilizam as capacidades e escolhas individuais para superar as ameaças, e a sua resiliência combinada consolida o progresso do desenvolvimento tornando-o mais sustentável. O mesmo se aplica aos Estados quando agem coletivamente com vista à redução das vulnerabilidades a ameaças transfronteiriças mediante o aprovisionamento de bens públicos globais. Apesar das muitas incertezas que nos rodeiam, parece existir uma certeza: uma visão positiva do domínio público dependerá, em grande medida, do êxito do aprovisionamento de bens públicos, tanto a nível nacional como mundial.

### A Coordenação dos Estados e Instituições sociais

Os indivíduos não podem prosperar sozinhos. De facto, não podem funcionar sozinhos. Quando nascem, a família constitui o seu suporte de vida. Por sua vez, as famílias não podem funcionar independentemente das sociedades em que estão inseridas. As políticas que visam melhorar as normas, a coesão e as competências sociais são essenciais para que os Estados e as instituições sociais atuem concertadamente na redução das vulnerabilidades. Sempre que os próprios mercados e sistemas gerem vulnerabilidades, os Estados e as instituições sociais devem orientar os mercados no sentido de limitar as vulnerabilidades e ajudar as pessoas onde estes não o conseguem fazer.

#### Nota

1. Sen 1992.

vida precárias. Muitos países do escalão mais baixo do Índice de Desenvolvimento Humano estão a emergir de longos períodos de conflito ou encontram-se ainda a braços com problemas de violência armada. Mais de 1,5 mil milhões de pessoas vivem em países afetados por conflitos - aproximadamente, um quinto da população mundial. A instabilidade política recente tem tido custos humanos muito avultados - no final de 2012 cerca de 45 milhões de pessoas foram forçadas a deslocar-se por motivo de conflitos ou perseguição, o número mais elevado em 18 anos, mais de 15 milhões das quais refugiadas. Em algumas regiões da África Ocidental e Central, situações de anarquia e conflito armado continuam a fazer perigar os avanços no domínio do desenvolvimento humano, com reflexos a longo prazo no progresso nacional. Numa série de países da América Latina e das Caraíbas, a despeito dos grandes avanços alcançados no plano do desenvolvimento humano, muitas pessoas sentem-se ameaçadas pelo crescimento das taxas de homicídio e outro tipo de criminalidade violenta.

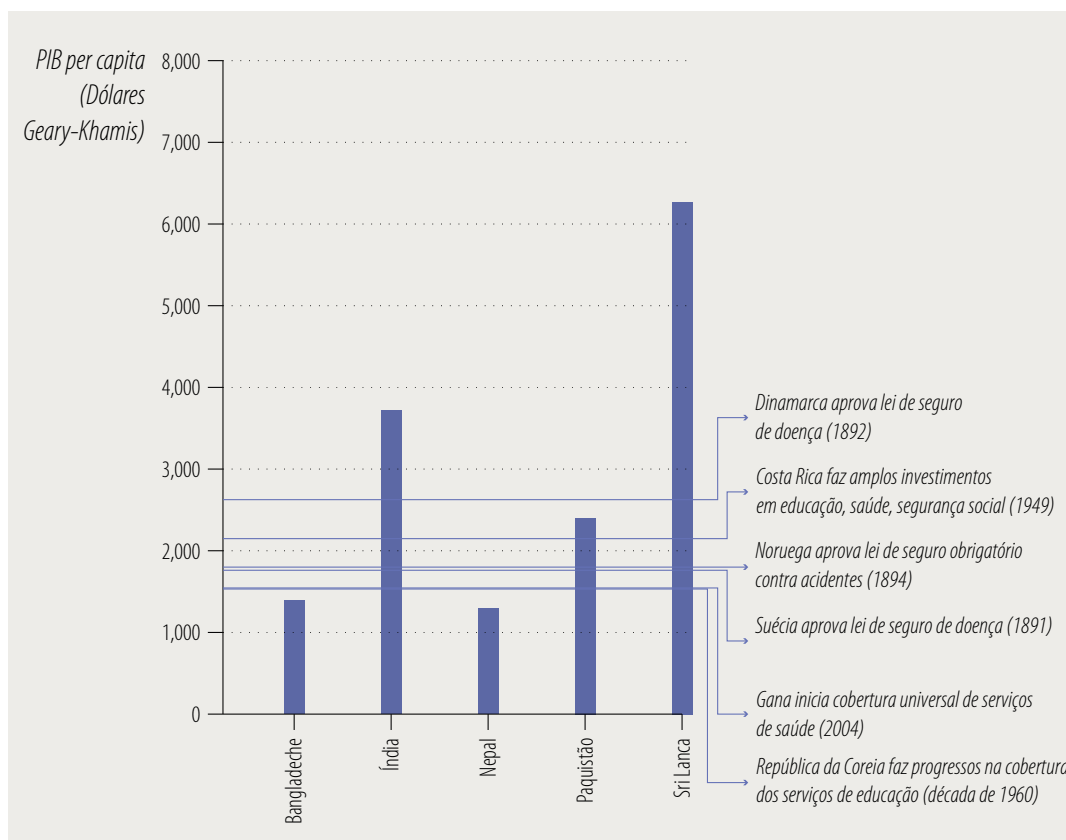
**As políticas de combate à vulnerabilidade devem prevenir ameaças, promover capacidades e proteger os indivíduos, especialmente os mais vulneráveis**

## Reforçar a resiliência

O bem-estar das pessoas é grandemente influenciado pelas liberdades mais vastas de que desfrutam e pela sua capacidade de reagir e recuperar da adversidade - natural ou obra do Homem. A resiliência está subjacente a toda a abordagem em torno da garantia e manutenção do desenvolvimento humano. Resiliência consiste, essencialmente, em assegurar que o Estado, a comunidade e as instituições globais se empenhem em empoderar e proteger os indivíduos. O desenvolvimento humano implica eliminar as barreiras que impedem as pessoas de usar a sua liberdade de agir. Trata-se de habilitar os desfavorecidos e excluídos a exercer os seus direitos, manifestar abertamente as suas preocupações, fazer-se ouvir e tornar-se agentes ativos na determinação do seu destino. Está em causa a liberdade de cada um viver a vida que valoriza e de a gerir de forma adequada. O Relatório destaca algumas das políticas, princípios e medidas chave

FIGURA 7

Vários países começaram a aplicar medidas de segurança social quando o respetivo PIB *per capita* era inferior ao PIB atual da maior parte dos países da Ásia do Sul



Fonte: Cálculos baseados em Maddison (2010).

que são necessários para desenvolver a resiliência - para reforçar as escolhas, expandir a agência humana e promover as competências sociais. Indica também que a consecução e sustentação do progresso no plano do desenvolvimento humano pode depender da prontidão e eficácia da resposta no momento em que ocorrem choques.

### Prestação universal de serviços sociais básicos

A universalidade implica igualdade de acesso e de oportunidades para reforçar capacidades essenciais. A defesa da prestação universal de serviços sociais de base—educação, prestação de cuidados de saúde, abastecimento de água e saneamento, bem como segurança pública—assenta na premissa de que todos os seres humanos devem ser empoderados para viverem vidas que valorizem e de que o acesso a certos elementos básicos de uma vida digna tem de ser dissociado da capacidade de

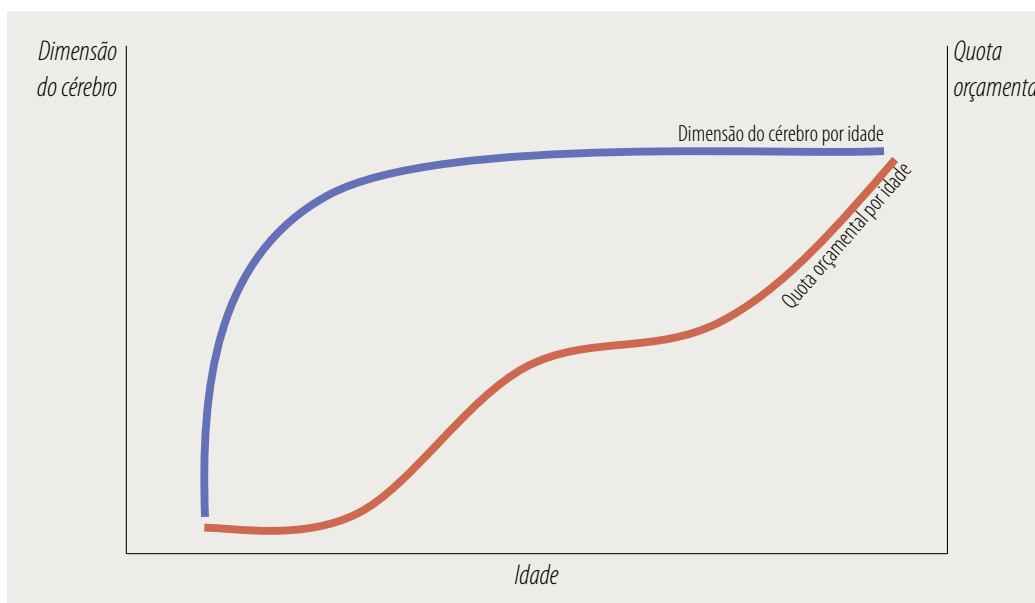
pagamento das pessoas. A cobertura universal dos serviços sociais de base é viável nos *estádios* iniciais de desenvolvimento (figura 7) e a experiência recente - na China, no Ruanda e no Vietname, por exemplo - mostra que pode ser concretizado com bastante rapidez (em menos de uma década).

A prestação universal de serviços sociais básicos pode elevar as competências sociais e reduzir a vulnerabilidade estrutural. Pode constituir um poderoso fator de igualização das oportunidades e resultados. Uma educação pública universal de alta qualidade tem potencialidades, por exemplo, para estreitar o fosso que existe entre a educação das crianças provenientes de famílias ricas e pobres. A transmissão intergeracional de capacidades, nomeadamente pela educação no seio das famílias, pode perpetuar os benefícios a longo prazo. As políticas universais promovem igualmente a solidariedade social pelo facto de não apresentarem as desvantagens das políticas orientadas - estigmatização social dos destinatários e

Assiste a todos o direito à educação, cuidados de saúde e outros serviços básicos. A concretização deste princípio de universalidade na prática exige atenção e recursos específicos, em particular para os pobres e outros grupos vulneráveis

FIGURE 8

**Despesas com a saúde, educação e bem-estar que aumentam ao longo da vida não fomentam nem apoiam o desenvolvimento de capacidades durante os primeiros e cruciais anos de vida**



Fonte: Karoly e outros 1997.

estratificação no plano da qualidade dos serviços prestados, bem como a incapacidade de chegar em a muitos dos vulneráveis.

Uma ideia errada muito difundida é a de que a proteção social e a prestação universal de serviços básicos só estão ao alcance dos países ricos. Conforme se documenta no Relatório, os indícios apontam no sentido contrário. A maioria das sociedades, com ressalva daquelas que atravessam processos de conflito e convulsões violentos, está em condições de criar, e muitas criaram, sistemas de prestação de serviços e proteção social básicos, tendo concluído que um investimento inicial de apenas uma pequena percentagem do PIB traz benefícios que superam largamente os custos iniciais.

### Fazer face às vulnerabilidades no ciclo de vida

As pessoas experimentam graus variáveis de insegurança e diferentes tipos de vulnerabilidade em diferentes fases do ciclo de vida. Estas etapas sensíveis são, entre outras, a primeira infância e as fases de transição de adolescente para jovem adulto e de adulto para idoso. É fundamental que as intervenções ocorram no momento certo, visto que reparar, numa fase posterior da vida,

a falta de apoio oportuno ao desenvolvimento de capacidades acarreta custos elevados. O desenvolvimento na primeira infância constitui um bom exemplo da ajuda que a universalidade presta ao investimento nas capacidades humanas ao longo de todo o ciclo de vida.

No entanto, é comum existirem menos recursos disponíveis para o desenvolvimento na primeira infância, sendo que a despesa social *per capita* aumenta com o avançar da idade. As despesas com a saúde, educação e bem-estar que aumentam ao longo da vida não fomentam nem apoiam o desenvolvimento de capacidades durante os primeiros e cruciais anos de vida (figura 8).

### Reforçar a proteção social

A proteção social, incluindo o seguro de desemprego, os regimes de pensões e a regulamentação laboral, pode proporcionar às pessoas cobertura contra o risco e a adversidade ao longo de toda a sua vida, em especial nas fases mais críticas. Ao atribuir-lhes um estrato adicional de apoio preestabelecido, os programas de proteção social ajudam as famílias a evitar vender os bens de que dispõem, retirar os filhos da escola ou adiar a realização de tratamentos

Uma proteção social universal forte não se limita a aumentar a resiliência individual—pode desenvolver também a resiliência da economia no seu conjunto



médicos necessários, medidas todas elas prejudiciais ao seu bem-estar a longo prazo. Além disso, as redes de distribuição e os mecanismos de administração dos programas de proteção social podem ser utilizados igualmente na resposta de emergência e assistência em situações de crise, como catástrofes naturais e secas.

Muitas formas de proteção social têm efeitos indiretos positivos. O seguro de desemprego melhora o funcionamento dos mercados de trabalho, criando condições para que os desempregados possam escolher empregos mais adequados às suas competências e experiência, em lugar de serem forçados a aceitar o primeiro emprego que lhes surja. Tem sido demonstrado que a prestação de apoio ao rendimento às famílias encoraja a participação no mercado de trabalho mediante a disponibilização de recursos que permitem às pessoas procurar melhores oportunidades e até migrar em busca de emprego. Alguns alegam que um apoio dessa natureza poderá reduzir o incentivo para regressar à atividade. Muito depende da forma como as políticas são concebidas. Não obstante, há indícios consideráveis de que a regulamentação laboral é globalmente benéfica e pode reduzir a desigualdade.

A proteção social é possível em estádios iniciais de desenvolvimento e pode até trazer outros benefícios, como estimular a despesa e reduzir a pobreza. A proteção social compensa a volatilidade da produção mediante a redução das flutuações do rendimento disponível. As políticas de proteção social universal fortes não se limitam a aumentar a resiliência individual, incrementam também a resiliência da economia no seu todo.

## Promover o pleno emprego

O pleno emprego foi um objetivo central das políticas macroeconómicas nas décadas de 1950 e de 1960, tendo desaparecido da agenda global durante a era de estabilização subsequente aos choques petrolíferos de 1973 e de 1979. Chegou o momento de regressar a esse compromisso, em prol de um progresso robusto e facilmente sustentado. Para além de estender a universalidade ao mercado de trabalho, o pleno emprego também ajuda a apoiar a prestação de serviços sociais. Com efeito, o pleno emprego foi importante para sustentar o modelo nórdico, visto que o emprego elevado ajudou a assegurar receitas fiscais suficientes para financiar o aprovisionamento universal.

O pleno emprego é igualmente desejável pelos seus benefícios sociais. O desemprego acarreta custos económicos e sociais elevados, conduzindo a uma perda permanente de produção e a um decréscimo das competências e da produtividade laborais. A perda de produção e das receitas fiscais associadas poderá exigir um aumento da despesa pública para apoiar o subsídio de desemprego. O desemprego de longa duração constitui, também, uma ameaça grave à saúde (física e mental) e à qualidade de vida (incluindo a educação das crianças). Além disso, o desemprego tende a ser associado a um aumento da criminalidade, suicídios, violência, consumo de drogas e outros problemas sociais. Por conseguinte, os benefícios sociais de um emprego ultrapassam em larga medida o benefício privado—o salário.

O emprego fomenta a estabilidade e a coesão social, e um trabalho digno reforça a capacidade dos indivíduos para gerir choques e incertezas. O trabalho, enquanto meio de subsistência, fortalece a agência humana e é extremamente valorizado no seio das famílias e das comunidades. O emprego seguro comporta ainda um valor psicológico elevado.

Por conseguinte, muito embora sejam necessárias políticas de apoio à transformação estrutural, de aumento do emprego formal e de regulamentação das condições de trabalho, com vista a reduzir vulnerabilidades associadas ao emprego, a médio e longo prazo, essas políticas serão insuficientes para combater as vulnerabilidades da maioria da força de trabalho a curto prazo. Assim, é igualmente essencial introduzir políticas para fazer face às vulnerabilidades—e garantir os meios de subsistência—da maior parte da mão-de-obra que se manterá em atividades tradicionais e informais no curto prazo.

O incentivo a esta mudança e a criação de emprego produtivo generalizado requerem estratégias mais eficazes de desenvolvimento económico, designadamente um maior investimento público em infraestruturas, desenvolvimento das capacidades humanas, promoção ativa de políticas estratégicas e de inovação para o comércio, em especial as exportações.

## Instituições com capacidade de resposta e sociedades coesas

O reforço da resiliência humana requer instituições com capacidade de resposta. Importa

---

O pleno emprego deve ser um objetivo político das sociedades em qualquer nível de desenvolvimento

Os efeitos das crises, quando ocorrem, podem ser mitigados por meio de esforços de preparação e de recuperação que podem igualmente tornar as sociedades mais resilientes

dispor de políticas e recursos apropriados que permitam oferecer as oportunidades adequadas de emprego, saúde e educação, em especial aos pobres e vulneráveis. Mais precisamente, os Estados que reconhecem e tomam medidas para reduzir a desigualdade entre grupos (denominada desigualdade horizontal) estão mais aptos a honrar o princípio da universalidade, reforçar a coesão social e prevenir crises e recuperar das mesmas.

A vulnerabilidade persistente está enraizada num passado histórico de exclusão - as mulheres nas sociedades patriarcais, os negros na África do Sul e nos Estados Unidos, e os Dalits (os intocáveis) na Índia enfrentam situações de discriminação e exclusão decorrentes de práticas culturais e normas sociais ancestrais. Dispor de instituições de governação com capacidade de resposta e obrigadas a prestar contas é um fator essencial para se superar o sentimento de injustiça, vulnerabilidade e exclusão suscetível de alimentar o descontentamento social. A participação cívica e a mobilização coletiva dos cidadãos, por seu turno, são também indispensáveis para assegurar que os Estados reconheçam os interesses e os direitos das pessoas vulneráveis.

Os Estados podem recorrer a múltiplas estratégias para reduzir a desigualdade horizontal. As modalidades de intervenção direta como a discriminação positiva, ainda que surtam efeito no imediato na abordagem de injustiças históricas, têm um impacto discutível a longo prazo e nem sempre corrigem os determinantes estruturais subjacentes à desigualdade persistente. São necessárias políticas que, proporcionando respostas a curto prazo, promovam também o acesso a longo prazo e sustentável dos grupos vulneráveis a serviços sociais, emprego e proteção social. Entre elas podem incluir-se incentivos e sanções formais, tais como leis preventivas. Leis baseadas na atribuição de direitos, por exemplo, podem propiciar melhorias substanciais da situação dos grupos vulneráveis, dotando-os de meios de recurso e escrutínio público quando as instituições não cumpriam a sua função.

Alterar as normas para promover a tolerância e aprofundar a coesão social é outra necessidade que é frequentemente descurada no processo de criação de sociedades resilientes. As sociedades mais coesas são mais capazes de proteger as pessoas da adversidade e, possivelmente, mais recetivas a políticas baseadas no princípio da universalidade. A falta de coesão social está correlacionada com

a conflitualidade e a violência, especialmente em situações de desigualdade de acesso aos recursos ou aos benefícios decorrentes da riqueza natural, e com a incapacidade de lidar eficazmente com processos de mutação social ou económica acelerada ou com o impacto de choques económicos e de origem climática. Na realidade, a visar objetivos de equidade, inclusão e justiça reforça as instituições sociais e aprofunda a coesão social, por seu turno.

## Reforço de capacidades de preparação para as crises e de recuperação das mesmas

As catástrofes naturais expõem e exacerbam vulnerabilidades, como a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental e a fragilidade da governação. Os países e as comunidades que não estão preparados nem conscientes dos riscos e que dispõem de uma capacidade preventiva mínima sofrem o impacto de catástrofes com uma intensidade muito superior. É necessário redobrar esforços no sentido de reforçar os sistemas de alerta rápido nacionais e regionais. A cooperação regional nos sistemas de alerta rápido pode revelar-se extremamente eficaz, já que as catástrofes naturais afetam habitualmente vários países em simultâneo. Um sistema de alerta rápido é um elemento crucial na redução dos riscos de catástrofe. Salva vidas e reduz perdas económicas e materiais em situações de catástrofe.

Por muito bem que um país esteja preparado e por melhor que seja o seu enquadramento político, os choques ocorrem, em geral com consequências inevitáveis e extremamente devastadoras. Assim, o objetivo principal é reconstruir e simultaneamente aumentar a resiliência social, material e institucional. As respostas a acontecimentos meteorológicos extremos têm sido dificultadas por instituições fracas e pela existência de conflitos. A resiliência de um país assenta na sua capacidade de recuperar bem e rapidamente de catástrofes, o que implica a gestão dos efeitos imediatos das catástrofes, bem como a aplicação de medidas específicas para evitar outras consequências socioeconómicas. As sociedades que não estão preparadas para lidar com choques incorrem, em geral, em perdas e danos muito mais extensos e prolongados.

As políticas e instituições que combatam a exclusão e a marginalização, forjem um sentido de pertença, promovam a confiança

## Quatro agendas essenciais de governação global

### Quadro de Ação de Hyogo

O Quadro de Ação de Hyogo, adotado por 168 países em 2005, visa reduzir os riscos de catástrofes globais até 2015.<sup>1</sup> Propõe um conjunto de tarefas e ações dedicadas ao reforço da capacidade de instituições locais e nacionais, ao apoio a sistemas de alerta rápido, ao apoio a uma cultura de segurança e resiliência, à redução dos fatores de vulnerabilidade e ao reforço da preparação e resposta a catástrofes.

Este Quadro tem norteado a ação coletiva para a redução de riscos de catástrofes em agendas nacionais, regionais e internacionais. Ainda há muito a fazer, todavia, e o progresso não tem sido uniforme nos vários países ou domínios de ação. Entre os desafios restantes, contam-se o desenvolvimento e utilização de indicadores, o estabelecimento de sistemas de alerta rápido em ambientes com múltiplos perigos, o reforço da capacidade dos Estados para integrar a redução dos riscos de catástrofes em políticas de desenvolvimento sustentável e o planeamento a nível nacional e internacional.

### Cimeira Mundial Humanitária

A Cimeira Mundial Humanitária (World Humanitarian Summit), prevista para 2016, visa tornar a ação humanitária mais global, eficaz e inclusiva—e mais representativa das necessidades de um mundo em rápida mutação.<sup>2</sup> Oferece a oportunidade para coordenar organizações humanitárias internacionais em torno das questões da redução de vulnerabilidades e da gestão de riscos.

A resposta ao número crescente de emergências humanitárias complexas começará por identificar e implementar estratégias de redução e gestão de riscos humanitários. A cimeira representa a oportunidade de avaliar a forma como os atores nos campos humanitário e do desenvolvimento podem assumir uma abordagem coesa e mais sistemática ao planeamento, definição de prioridades e programas de financiamento—e como a ação pode ser coordenada nos domínios económico, social e ambiental. Além disso, incentivar a colaboração entre países afetados, doadores e organizações internacionais no sentido de, em conjunto, formularem estratégias humanitárias e de desenvolvimento.

### Alterações climáticas—limite de 2 graus

No Acordo de Copenhaga de 2009 e nos Acordos de Cancún de 2010, 195 partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas acordaram limitar o aumento da temperatura média global a um máximo de 2 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais.<sup>3</sup> Este compromisso tem por base o consenso científico geral de que um aumento de 2 graus é o máximo que o mundo pode suportar por forma a limitar impactos extremamente graves.

As promessas e compromissos da comunidade internacional ainda não são suficientes para cumprir esse objetivo. As projeções do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas concluíram que as temperaturas globais deverão aumentar 1,5 graus até ao fim do século XXI, podendo facilmente aumentar 2 graus se não forem tomadas medidas de fundo para reduzir as emissões.<sup>4</sup> A consecução do objetivo ainda é viável do ponto de vista técnico e económico, mas é necessária ambição política para anular a discrepância entre as emissões atuais e o nível que colocará o planeta na trajetória abaixo dos 2 graus até 2020.

### Agenda pós-2015 e objetivos de desenvolvimento sustentável

Com a definição da agenda pós-2015 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável, a comunidade internacional tem uma oportunidade única de colocar a redução das vulnerabilidades entre as prioridades do desenvolvimento internacional. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ajudaram a reduzir a pobreza e a melhorar a vida de muitas pessoas. No entanto, não é possível garantir a continuação do progresso a menos que se verifique a redução dos choques e a melhoria da capacidade de resposta das pessoas. Paralelamente, o apelo para se atingir a “pobreza zero” deveria ser alargado a um apelo para se manter a “pobreza zero”, existindo ainda outras áreas em que o progresso tem igualmente de ser mantido. Os indivíduos mais vulneráveis a catástrofes naturais, alterações climáticas e reveses financeiros têm de ser alvo de um empoderamento e proteção específicas. A única forma de assegurar um progresso resiliente e sustentável é colocar a redução de vulnerabilidades no centro das futuras agendas do desenvolvimento.

#### Notas

1. Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes (UNISDR) 2005. 2. Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (UNOCHA) 2014. 3. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) 2009, 2011. 4. Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) 2013.

e gerem oportunidades de ascensão social podem reduzir o potencial de conflitualidade. A sensibilização e o alargamento do acesso à informação do público podem conseguir apoio para a causa da paz e de uma política menos conflituosa. O envolvimento de intermediários e mediadores credíveis pode fomentar a criação de um clima de confiança entre os grupos polarizados e em confronto e consensos em questões de relevância nacional, desde a realização de atos eleitorais aos elementos de uma nova constituição. O investimento na criação de emprego e meios de subsistência pode auxiliar as comunidades e os indivíduos a recuperarem de crises no curto prazo e aumentar a sua resiliência face aos desafios de futuras crises.

## Consolidar o progresso e a ação coletiva

A globalização aproximou os países e criou novas oportunidades. No entanto, também aumentou o risco de uma transmissão mais rápida de acontecimentos adversos. Alguns acontecimentos recentes vieram expor enormes lacunas na forma como a globalização é gerida em várias matérias, desde a segurança alimentar ao acesso à energia, passando pela regulamentação financeira e as alterações climáticas. Estes desafios transfronteiriços deverão manter-se nas próximas décadas, enquanto as estruturas de governação global revelarem uma capacidade insuficiente de evitar ou minimizar choques. Os líderes e os decisores políticos podem não estar preparados para a verdadeira velocidade e dimensão destas alterações.

As vulnerabilidades são cada vez mais globais na sua origem e impacto, requerendo ação coletiva e melhor governação internacional

## Uma reflexão mais abrangente da vulnerabilidade

Há muito que as Nações Unidas colocam ênfase na segurança humana, em todas as suas dimensões. No meu tempo de economista chefe do Banco Mundial, eram realizados inquéritos a milhares de pobres em todo o mundo para determinar as suas maiores preocupações e, no topo da lista (a par das preocupações óbvias com a falta de rendimento e uma representação insuficiente em questões que afetavam as suas vidas), estava a insegurança—a vulnerabilidade. Na essência, a vulnerabilidade pode ser definida como a exposição a um decréscimo acentuado do nível de vida. Ganha uma especial importância quando é prolongada e quando os níveis de vida descem abaixo de limiares críticos até ao estado de privação.

Os economistas habitualmente concentrados apenas no PIB perderam de vista a vulnerabilidade. Os indivíduos são avessos ao risco. A constatação da sua própria vulnerabilidade conduz, assim, a grandes perdas de bem-estar—mesmo antes de enfrentarem as consequências do próprio choque. A incapacidade revelada pelos nossos sistemas de avaliação de captar convenientemente a importância da segurança para o bem-estar do indivíduo e da sociedade representou uma crítica fundamental à utilização do PIB para estes efeitos por parte da Comissão Internacional sobre a Medição de Desempenho Económico e Progresso Social.

Se queremos formular políticas que reduzam a vulnerabilidade, é essencial adotar uma perspetiva abrangente sobre as causas dessa vulnerabilidade. Os indivíduos e as sociedades estão inevitavelmente expostos ao que os economistas designam por “choques”, acontecimentos adversos que têm o potencial de causar um

decrécimo acentuado dos níveis de vida. Quanto maiores os choques, maior a sua intensidade e duração, e maior a vulnerabilidade (mantendo-se tudo o resto constante). No entanto, os indivíduos e as sociedades desenvolvem mecanismos para lidar com choques. Algumas sociedades e economias têm obtido melhores resultados do que outras no reforço dessa capacidade de resposta aos choques. As maiores vulnerabilidades emergem em sociedades que estiveram expostas a grandes choques, mas deixaram grandes segmentos das suas populações sem mecanismos de resposta adequados. Uma das maiores causas de vulnerabilidade—algo que produz efeitos adversos em muitos dos restantes fatores indicados—é a desigualdade, nas suas várias dimensões. A desigualdade causa instabilidade, tornando mais frequentes as grandes flutuações na economia. Uma desigualdade extrema significa que grandes segmentos da população vivem em situação de pobreza, com uma capacidade diminuída de fazer face aos choques quando estes ocorrem. Uma desigualdade económica extrema conduz inevitavelmente à desigualdade política—tornando menos provável que os governos providenciem sistemas de proteção social suscetíveis de proteger os que se encontram nos escalões mais baixos das consequências dos grandes choques. Temos de começar a pensar na desigualdade não só como uma questão moral—que o é—mas também como uma preocupação económica fundamental, intrínseca ao pensamento sobre desenvolvimento humano e especialmente relevante em qualquer análise da vulnerabilidade

(Versão abreviada)

## Elementos de um contrato social global

É necessário um esforço global tendente a assegurar que o processo de globalização avance e proteja o desenvolvimento humano—a aplicação de medidas nacionais tornar-se-á mais fácil se existirem compromissos globais e estiver disponível apoio global

É possível reforçar capacidades e proteger escolhas a nível nacional, mas é mais fácil aplicar medidas nacionais quando existem compromissos a nível mundial e apoio de caráter global. A preparação da agenda pós-2015 e a definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável constituem uma oportunidade para a comunidade internacional e os Estados, individualmente, assumirem um compromisso com os serviços públicos universais, a proteção social básica nacional e o pleno emprego, enquanto objetivos essenciais para a comunidade mundial. Os compromissos globais com estes objetivos podem aumentar a margem de manobra a nível nacional na definição de abordagens que favoreçam a criação de emprego e a disponibilização de serviços sociais e regimes de proteção que funcionem melhor nos respetivos contextos, contudo são essenciais acordos globais pois podem instigar a ação e os compromissos, bem como gerar apoio financeiro e de outra natureza.

## Melhorar a governação global

Assistimos, hoje, à conjugação de múltiplos desafios que ganham, por isso, uma maior

relevância: desde as alterações climáticas aos conflitos, passando por crises económicas e agitação social. São necessárias políticas específicas que reduzam a probabilidade de determinadas ameaças, porém, antes de se alcançar progressos em problemas como a volatilidade financeira, regimes comerciais desequilibrados ou alterações climáticas, impõe-se a introdução de alterações de relevo nas estruturas de governação.

São igualmente necessárias alterações políticas para reduzir determinados choques. A lista de desafios globais é longa e as nossas recomendações não pretendem, de forma alguma, ser exaustivas, mas sabemos que é possível ajustar os sistemas financeiros e de comércio e reduzir as ameaças ambientais se a atenção das instituições for desviada para o aprovisionamento de bens públicos globais. As recomendações preveem instituições e mecanismos financeiros que assegurem o acesso à liquidez, reduzam a volatilidade dos fluxos financeiros e minimizem o contágio. É igualmente pertinente uma revisão das normas que regem o comércio nos setores da agricultura e dos serviços, com base na tendência para os acordos de comércio bilaterais e inclusão de disposições não comerciais que reduzam a margem de manobra nacional noutros domínios. As alterações climáticas

constituem um dos desafios mais críticos para a agenda de desenvolvimento global. A escassez de estabilidade climática—um bem público mundial—e a manifestação da vulnerabilidade a acontecimentos meteorológicos extremos e crises alimentares têm sido ameaças recorrentes em diferentes regiões do mundo. Impõe-se uma intervenção urgente neste campo. Conhecem-se medidas promissoras a nível subnacional, mas uma intervenção multilateral é crucial para uma abordagem abrangente.

## Ação coletiva para um mundo mais seguro

A redução da vulnerabilidade a ameaças transnacionais, seja corrigindo estruturas de governação para reduzir choques ou tomando medidas que permitam às pessoas fazer face a esses choques, requer uma maior liderança e coordenação entre Estados e organizações internacionais. Requer, igualmente, uma abordagem mais coerente que defina prioridades e reduza as repercussões—e um envolvimento mais sistemático com a sociedade civil e o setor privado.

A falta de coordenação, cooperação e liderança dificulta os esforços desenvolvidos para fazer face aos desafios globais e reduzir vulnerabilidades. Embora continuem por aprovar propostas para corrigir o impasse na cooperação ao nível da governação global, o mundo sofreu mudanças profundas ao longo da última década. Os desafios globais são mais urgentes do que nunca e o ambiente geopolítico mundial já não é o mesmo. Como o RDH de 2013 salientou, a ascensão do Sul apresenta uma oportunidade para tornar a estrutura de governação global mais representativa e, logo, mais eficaz. Isso requer, todavia, uma maior determinação na liderança e cooperação internacionais.

A governação global tende a organizar-se em silos, com instituições separadas que se ocupam de questões como o comércio, o clima, as finanças ou a migração. Desta forma, é extremamente difícil adotar uma perspetiva sistemática sobre os desafios globais ou identificar repercussões e contradições nas intervenções dos Estados e das agências internacionais. São necessárias avaliações completas e exaustivas dos vários problemas, por vezes coexistentes, da estrutura de governação global, por forma a assegurar uma cooperação global eficiente e orientada para as áreas mais críticas. Recomenda-se que tais avaliações sejam realizadas por um órgão apolítico de peritos independentes, capaz de

adotar uma perspetiva sistemática objetiva sobre as questões globais e de oferecer aconselhamento e recomendações aos órgãos de governação. Existe melhor governação quando existe uma participação direta dos cidadãos. Uma relação estreita com o público permite aos governos obter informações exatas sobre as vulnerabilidades das pessoas e acompanhar os efeitos das intervenções políticas. Esse envolvimento pode proporcionar uma maior eficiência nas intervenções do Estado e no uso dos recursos públicos.

O envolvimento é eficaz quando as pessoas têm liberdade, segurança, capacidade e representatividade para influenciar o processo de decisão. Têm igualmente que acreditar nesse seu poder para produzir os efeitos desejados através da ação coletiva.

\* \* \*

O mui-postulado objetivo de desenvolvimento e crescimento global mais inclusivo, mais sustentável e mais resiliente requer uma visão positiva do domínio público global e o reconhecimento de que “o mundo que queremos” depende de um aprovisionamento bem-sucedido de bens públicos naturais ou produzidos pelo homem. Os mercados, embora importantes, não conseguem providenciar por si só a proteção social e ambiental necessária. Os Estados, individual ou coletivamente, têm de ser chamados a intervir com um espírito de cooperação mais voluntarioso e mais forte, quer através da harmonização de políticas nacionais, quer através de uma ação coletiva internacional. Os governos necessitam de mais espaço de manobra para providenciar proteção e emprego às respetivas populações. A sociedade civil pode gerar vontade política, mas apenas se os cidadãos reconhecerem o valor da colaboração transfronteiriça e dos bens públicos para o indivíduo.

O progresso requer trabalho. Muitos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio deverão ser cumpridos a nível nacional até 2015, mas o sucesso não é automático, e os ganhos não são necessariamente permanentes. Para conduzir o desenvolvimento até ao patamar seguinte, há que proteger as conquistas realizadas contra vulnerabilidades e choques, aumentar a resiliência e consolidar o progresso. Identificar e visar os grupos vulneráveis, reduzir a desigualdade e abordar as vulnerabilidades estruturais é essencial para um desenvolvimento sustentável durante a vida do indivíduo e ao longo das gerações

## Países e classificação do HDI em 2013, e mudanças de classificação entre 2012 e 2013

Afganistão	169	0		Estados Unidos	5	0		Namíbia	127	0	
África do Sul	118	1	↑	Estónia	33	0		Nepal	145	0	
Albânia	95	2	↑	Etiópia	173	0		Nicarágua	132	0	
Alemanha	6	0		Federação Russa	57	0		Níger	187	-1	↓
Andorra	37	0		Fiji, Ilhas	88	0		Nigéria	152	1	↑
Angola	149	0		Filipinas	117	1	↑	Noruega	1	0	
Antiga República Jugoslava da Macedónia	84	1	↑	Finlândia	24	0		Nova Zelândia	7	0	
Antígua e Barbuda	61	-1	↓	França	20	0		Omã	56	0	
Arábia Saudita	34	0		Gabão	112	-1	↓	Países Baixos	4	0	
Argélia	93	0		Gâmbia	172	0		Palau	60	0	
Argentina	49	0		Gana	138	0		Palestina, Estado da	107	0	
Arménia	87	0		Geórgia	79	2	↑	Panamá	65	2	↑
Austrália	2	0		Granada	79	-1	↓	Papuasía - Nova Guiné	157	-1	↓
Áustria	21	0		Grécia	29	0		Paquistão	146	0	
Azerbaijão	76	-1	↓	Guatemala	125	0		Paraguai	111	0	
Bahamas	51	0		Guiana	121	0		Peru	82	0	
Bangladeche	142	1	↑	Guiné	179	-1	↓	Polónia	35	-1	↓
Barain	44	0		Guiné Equatorial	144	-3	↓	Portugal	41	0	
Barbados	59	-1	↓	Guiné-Bissau	177	0		Qatar	31	0	
Bélgica	21	0		Haiti	168	0		Quénia	147	0	
Belize	84	0		Honduras	129	0		Quirguizistão	125	1	↑
Benim	165	0		Hong Kong, China (RAE)	15	0		Quiribati	133	0	
Bielorrússia	53	1	↑	Hungria	43	0		Reino Unido	14	0	
Bolívia, Estado Plurinacional da	113	0		Íemen	154	0		República Checa	28	0	
Bósnia-Herzegovina	86	0		Ilhas Salomão	157	0		República Dominicana	102	0	
Botsuana	109	-1	↓	Índia	135	0		Roméia	54	1	↑
Brasil	79	1	↑	Indonésia	108	0		Ruanda	151	0	
Brunei Darussalam	30	0		Irão, República Islâmica do	75	-2	↓	Samoa	106	-2	↓
Bulgária	58	0		Iraque	120	0		Santa Lúcia	97	-4	↓
Burquina Faso	181	0		Irlanda	11	-3	↓	São Cristóvão e Nevis	73	0	
Burundi	180	0		Islândia	13	0		São Tomé e Príncipe	142	-1	↓
Butão	136	0		Israel	19	0		São Vicente e Granadinas	91	0	
Cabo Verde	123	-2	↓	Itália	26	0		Seicheles	71	-1	↓
Camarões	152	0		Jamaica	96	-3	↓	Senegal	163	-3	↓
Camboja	136	1	↑	Japão	17	-1	↓	Serra Leoa	183	1	↑
Canadá	8	0		Jordânia	77	0		Sérvia	77	1	↑
Cazaquistão	70	0		Koweit	46	-2	↓	Singapura	9	3	↑
Centro-Africana, República	185	0		Laos, República Democrática Popular do	139	0		Síria, República Árabe da	118	-4	↓
Chade	184	-1	↓	Lesoto	162	1	↑	Sri Lanca	73	2	↑
Chile	41	1	↑	Letónia	48	0		Suazilândia	148	0	
China, República Popular da	91	2	↑	Libano	65	0		Sudão	166	0	
Chipre	32	0		Libéria	175	0		Suécia	12	-1	↓
Colômbia	98	0		Líbia	55	-5	↓	Suíça	3	0	
Comores	159	-1	↓	Listenstaine	18	-2	↓	Suriname	100	1	↑
Congo	140	0		Lituânia	35	1	↑	Tailândia	89	0	
Congo, República Democrática do	186	1	↑	Luxemburgo	21	0		Tajiquistão	133	1	↑
Coreia, República da	15	1	↑	Madagáscar	155	0		Tanzânia, República Unida da	159	1	↑
Costa do Marfim	171	0		Malásia	62	0		Timor-Leste	128	1	↑
Costa Rica	68	-1	↓	Malauí	174	0		Togo	166	1	↑
Croácia	47	0		Maldivas	103	0		Tonga	100	0	
Cuba	44	0		Mali	176	0		Trinidade e Tobago	64	0	
Dinamarca	10	0		Malta	39	0		Tunísia	90	0	
Djibouti	170	0		Marrocos	129	2	↑	Turquemenistão	103	1	↑
Dominica	93	-1	↓	Maurícia	63	0		Turquia	69	0	
Egito	110	-2	↓	Mauritânia	161	-2	↓	Ucrânia	83	0	
El Salvador	115	0		México	71	-1	↓	Uganda	164	0	
Emiratos Árabes Unidos	40	0		Mianmar	150	0		Uruguai	50	2	↑
Equador	98	0		Micronésia, Estados Federados da	124	0		Usbequistão	116	0	
Eritreia	182	0		Moçambique	178	1	↑	Vanuatu	131	-3	↓
Eslováquia	37	1	↑	Moldávia, República da	114	2	↑	Venezuela, República Bolivariana da	67	-1	↓
Eslovénia	25	0		Mongólia	103	3	↑	Vietname	121	0	
Espanha	27	0		Montenegro	51	1		Zâmbia	141	2	↑
								Zimbabué	156	4	↑

**Nota:** Os valores positivos ou negativos e as setas indicam o número de posições que o país subiu ou desceu na classificação ao longo do período 2012–2013, com base em dados e metodologias consistentes; a ausência de referências significa que não se verificou qualquer alteração.

# Índices de desenvolvimento humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH ajustado à desigualdade		Coeficiente de Desigualdade Humana	Índice de Desigualdade de Género		Índice de desenvolvimento humano por género		Índice de Pobreza Multidimensional		
	Valor	Valor	Diferença na classificação do IDH		Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor <sup>d</sup>	Ano/Inquérito <sup>e</sup>	
	2013	2013	2013 <sup>a</sup>		2013	2013	2013	2013	2013 <sup>b</sup>		
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO</b>											
1	Noruega	0,944	0,891	0	5,5	0,068	9	0,997	5	-	-
2	Austrália	0,933	0,860	0	7,5	0,113	19	0,975	40	-	-
3	Suíça	0,917	0,847	-1	7,6	0,030	2	0,953	76	-	-
4	Países Baixos	0,915	0,854	1	6,6	0,057	7	0,968	51	-	-
5	Estados Unidos	0,914	0,755	-23	16,2	0,262	47	0,995	7	-	-
6	Alemanha	0,911	0,846	1	7,0	0,046	3	0,962	61	-	-
7	Nova Zelândia	0,910	-	-	-	0,185	34	0,971	47	-	-
8	Canadá	0,902	0,833	-2	7,5	0,136	23	0,986	24	-	-
9	Singapura	0,901	-	-	-	0,090	15	0,967	52	-	-
10	Dinamarca	0,900	0,838	0	6,8	0,056	5	0,989	17	-	-
11	Irlanda	0,899	0,832	-1	7,4	0,115	20	0,965	56	-	-
12	Suécia	0,898	0,840	3	6,4	0,054	4	1,004	6	-	-
13	Islândia	0,895	0,843	5	5,6	0,088	14	0,982	30	-	-
14	Reino Unido	0,892	0,812	-4	8,6	0,193	35	0,993	13	-	-
15	Hong Kong, China (RAE)	0,891	-	-	-	-	-	0,969	49	-	-
15	Coreia, República da	0,891	0,736	-20	16,8	0,101	17	0,940	85	-	-
17	Japão	0,890	0,779	-6	12,2	0,138	25	0,951	79	-	-
18	Listenstaine	0,889	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Israel	0,888	0,793	-4	10,4	0,101	17	0,984	29	-	-
20	França	0,884	0,804	-2	8,9	0,080	12	0,989	17	-	-
21	Áustria	0,881	0,818	4	7,1	0,056	5	0,935	91	-	-
21	Bélgica	0,881	0,806	0	8,5	0,068	9	0,977	38	-	-
21	Luxemburgo	0,881	0,814	3	7,5	0,154	29	0,961	66	-	-
24	Finlândia	0,879	0,830	9	5,5	0,075	11	1,006	8	-	-
25	Eslovénia	0,874	0,824	9	5,7	0,021	1	1,006	8	-	-
26	Itália	0,872	0,768	-1	11,6	0,067	8	0,962	61	-	-
27	Espanha	0,869	0,775	1	10,5	0,100	16	0,985	25	-	-
28	República Checa	0,861	0,813	9	5,5	0,087	13	0,969	49	-	-
29	Grécia	0,853	0,762	0	10,5	0,146	27	0,959	69	-	-
30	Brunei Darussalam	0,852	-	-	-	-	-	0,981	31	-	-
31	Qatar	0,851	-	-	-	0,524	113	0,979	32	-	-
32	Chipre	0,845	0,752	-3	10,9	0,136	23	0,940	85	-	-
33	Estónia	0,840	0,767	3	8,5	0,154	29	1,042	70	-	-
34	Arábia Saudita	0,836	-	-	-	0,321	56	0,897	112	-	-
35	Lituânia	0,834	0,746	-3	10,4	0,116	21	1,036	58	-	-
35	Polónia	0,834	0,751	-2	9,7	0,139	26	1,010	14	-	-
37	Andorra	0,830	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	Eslováquia	0,830	0,778	9	6,2	0,164	32	1,000	1	-	-
39	Malta	0,829	0,760	5	8,2	0,220	41	0,954	75	-	-
40	Emiratos Árabes Unidos	0,827	-	-	-	0,244	43	0,958	70	-	-
41	Chile	0,822	0,661	-16	18,5	0,355	68	0,962	61	-	-
41	Portugal	0,822	0,739	0	9,8	0,116	21	0,970	48	-	-
43	Hungria	0,818	0,757	7	7,3	0,247	45	0,998	4	-	-
44	Barain	0,815	-	-	-	0,253	46	0,961	66	-	-
44	Cuba	0,815	-	-	-	0,350	66	0,962	61	-	-
46	Koweit	0,814	-	-	-	0,288	50	0,987	22	-	-
47	Croácia	0,812	0,721	-2	11,1	0,172	33	0,987	22	-	-
48	Letónia	0,810	0,725	0	10,3	0,222	42	1,033	52	-	-
49	Argentina	0,808	0,680	-4	15,3	0,381	74	1,001	2	0,015 <sup>f</sup>	2005 N
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO</b>											
50	Uruguai	0,790	0,662	-8	15,7	0,364	70	1,015	25	-	-
51	Bahamas	0,789	0,676	-3	14,0	0,316	53	-	-	-	-
51	Montenegro	0,789	0,733	5	7,1	-	-	-	-	0,012 <sup>g</sup>	2005/2006 M
53	Bielorrússia	0,786	0,726	6	7,5	0,152	28	1,021	32	0,001	2005 M
54	Roménia	0,785	0,702	4	10,4	0,320	54	0,973	43	-	-
55	Líbia	0,784	-	-	-	0,215	40	0,931	93	-	-
56	Omã	0,783	-	-	-	0,348	64	-	-	-	-
57	Federação Russa	0,778	0,685	3	11,6	0,314	52	1,038	61	-	-
58	Bulgária	0,777	0,692	5	10,8	0,207	38	0,994	8	-	-

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH ajustado à desigualdade		Coeficiente de Desigualdade Humana	Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de desenvolvimento humano por gênero		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Diferença na classificação do IDH		Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor <sup>a,d</sup>	Ano/Inquérito <sup>e</sup>
	2013	2013	2013 <sup>a</sup>		2013	2013	2013	2013	2013 <sup>b</sup>	
59 Barbados	0,776	-	-	-	0,350	66	1,021	32	-	-
60 Palau	0,775	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	0,774	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62 Malásia	0,773	-	-	-	0,210	39	0,935	91	-	-
63 Maurícia	0,771	0,662	-2	14,1	0,375	72	0,957	72	-	-
64 Trindade e Tobago	0,766	0,649	-6	15,0	0,321	56	0,994	8	0,007	2006 M
65 Líbano	0,765	0,606	-17	20,3	0,413	80	0,900	110	-	-
65 Panamá	0,765	0,596	-18	21,4	0,506	107	0,978	36	-	-
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,764	0,613	-10	19,4	0,464	96	0,999	2	-	-
68 Costa Rica	0,763	0,611	-11	19,1	0,344	63	0,973	43	-	-
69 Turquia	0,759	0,639	-3	15,6	0,360	69	0,884	118	-	-
70 Cazaquistão	0,757	0,667	9	11,8	0,323	59	1,015	25	0,004	2010/2011 M
71 México	0,756	0,583	-13	22,3	0,376	73	0,940	85	0,024	2012 N
71 Seicheles	0,756	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	0,750	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73 Sri Lanka	0,750	0,643	1	14,2	0,383	75	0,961	66	-	-
75 Irão, República Islâmica do	0,749	0,498	-34	32,1	0,510	109	0,847	128	-	-
76 Azerbaijão	0,747	0,659	7	11,5	0,340	62	0,952	77	0,009	2006 D
77 Jordânia	0,745	0,607	-5	18,5	0,488	101	0,842	130	0,004	2009 D
77 Sérvia	0,745	0,663	12	10,9	-	-	-	-	0,001	2010 M
79 Brasil	0,744	0,542	-16	26,3	0,441	85	-	-	0,012 <sup>h</sup>	2012 N
79 Geórgia	0,744	0,636	4	14,0	-	-	0,941	84	0,008	2005 M
79 Granada	0,744	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82 Peru	0,737	0,562	-9	23,4	0,387	77	0,957	72	0,043	2012 D
83 Ucrânia	0,734	0,667	18	9,1	0,326	61	1,012	21	0,002 <sup>h</sup>	2007 D
84 Belize	0,732	-	-	-	0,435	84	0,963	60	0,030	2011 M
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,732	0,633	7	13,3	0,162	31	0,944	83	0,007 <sup>a</sup>	2011 M
86 Bósnia-Herzegovina	0,731	0,651	13	10,7	0,201	36	-	-	0,006 <sup>a</sup>	2011/2012 M
87 Arménia	0,730	0,655	15	10,2	0,325	60	0,994	8	0,002	2010 D
88 Fiji, Ilhas	0,724	0,613	6	15,1	-	-	0,937	89	-	-
89 Tailândia	0,722	0,573	-2	20,0	0,364	70	0,990	14	0,004 <sup>h</sup>	2005/2006 M
90 Tunísia	0,721	-	-	-	0,265	48	0,891	116	0,006	2011/2012 M
91 China, República Popular da	0,719	-	-	-	0,202	37	0,939	88	0,026 <sup>ij</sup>	2009 N
91 São Vicente e Granadinas	0,719	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93 Argélia	0,717	-	-	-	0,425	81	0,843	129	-	-
93 Domínica	0,717	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95 Albânia	0,716	0,620	11	13,4	0,245	44	0,957	72	0,005	2008/2009 D
96 Jamaica	0,715	0,579	1	18,6	0,457	88	0,989	17	-	-
97 Santa Lúcia	0,714	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98 Colômbia	0,711	0,521	-10	25,7	0,460	92	0,972	46	0,032	2010 D
98 Equador	0,711	0,549	-3	22,4	0,429	82	-	-	-	-
100 Suriname	0,705	0,534	-6	23,5	0,463	95	0,974	41	0,033 <sup>a</sup>	2010 M
100 Tonga	0,705	-	-	-	0,458	90	0,966	54	-	-
102 República Dominicana	0,700	0,535	-4	23,4	0,505	105	-	-	0,026	2007 D
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO</b>										
103 Maldivas	0,698	0,521	-7	24,2	0,283	49	0,936	90	0,008	2009 D
103 Mongólia	0,698	0,618	16	11,4	0,320	54	1,021	32	0,077	2005 M
103 Turquemenistão	0,698	-	-	-	-	-	-	-	-	-
106 Samoa	0,694	-	-	-	0,517	111	0,948	81	-	-
107 Palestina, Estado da	0,686	0,606	13	11,7	-	-	0,974	41	0,007	2006/2007 N
108 Indonésia	0,684	0,553	5	19,1	0,500	103	0,923	98	0,024 <sup>h</sup>	2012 D
109 Botsuana	0,683	0,422	-21	36,5	0,486	100	0,964	58	-	-
110 Egito	0,682	0,518	-5	22,8	0,580	130	0,855	125	0,036 <sup>k</sup>	2008 D
111 Paraguai	0,676	0,513	-5	23,7	0,457	88	0,966	54	-	-
112 Gabão	0,674	0,512	-5	24,0	0,508	108	-	-	0,073	2012 D
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,667	0,470	-10	29,4	0,472	97	0,931	93	0,097	2008 D
114 Moldávia, República da	0,663	0,582	16	12,0	0,302	51	0,990	14	0,005	2005 D
115 El Salvador	0,662	0,485	-7	26,2	0,441	85	0,965	56	-	-
116 Usbequistão	0,661	0,556	14	15,3	-	-	0,945	82	0,013	2006 M
117 Filipinas	0,660	0,540	10	18,0	0,406	78	0,989	17	0,038 <sup>ij</sup>	2008 D



Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH ajustado à desigualdade		Coeficiente de Desigualdade Humana	Índice de Desigualdade de Género		Índice de desenvolvimento humano por género		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Diferença na classificação do IDH		Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor <sup>d</sup>	Ano/Inquérito <sup>e</sup>
	2013	2013	2013 <sup>a</sup>		2013	2013	2013	2013	2013 <sup>b</sup>	
118 África do Sul	0,658	-	-	-	0,461	94	-	-	0,041	2012 N
118 Síria, República Árabe da	0,658	0,518	4	20,8	0,556	125	0,851	127	0,024	2006 M
120 Iraque	0,642	0,505	0	21,2	0,512	120	0,802	137	0,052	2011 M
121 Guiana	0,638	0,522	10	18,0	0,524	113	0,985	25	0,031	2009 D
121 Vietname	0,638	0,543	15	14,9	0,322	58	-	-	0,026	2010/2011 M
123 Cabo Verde	0,636	0,511	4	19,4	-	-	-	-	-	-
124 Micronésia, Estados Federados da	0,630	-	-	-	-	-	-	-	-	-
125 Guatemala	0,628	0,422	-8	32,0	0,523	112	0,910	104	-	-
125 Quirguizistão	0,628	0,519	10	16,9	0,348	64	0,976	39	0,013	2005/2006 M
127 Namíbia	0,624	0,352	-22	39,3	0,450	87	0,978	36	0,200	2006/2007 D
128 Timor-Leste	0,620	0,430	-3	29,4	-	-	0,875	122	0,322	2009/2010 D
129 Honduras	0,617	0,418	-6	31,1	0,482	99	0,929	95	0,098 <sup>m</sup>	2011/2012 D
129 Marrocos	0,617	0,433	0	28,5	0,460	92	0,828	132	-	-
131 Vanuatu	0,616	-	-	-	-	-	0,900	110	0,135	2007 M
132 Nicarágua	0,614	0,452	4	25,8	0,458	90	0,912	102	0,088	2011/2012 N
133 Quiribati	0,607	0,416	-4	30,1	-	-	-	-	-	-
133 Tajiquistão	0,607	0,491	9	18,8	0,383	75	0,952	77	0,031	2012 D
135 Índia	0,586	0,418	0	27,7	0,563	127	0,828	132	0,282	2005/2006 D
136 Butão	0,584	0,465	9	20,2	0,495	102	-	-	0,128	2010 M
136 Camboja	0,584	0,440	7	24,6	0,505	105	0,909	105	0,211	2010 D
138 Gana	0,573	0,394	-1	31,2	0,549	123	0,884	118	0,144	2011 M
139 Laos, República Democrática Popular do	0,569	0,430	8	24,1	0,534	118	0,897	112	0,186	2011/2012 M
140 Congo	0,564	0,391	0	30,6	0,617	135	0,928	96	0,192	2011/2012 D
141 Zâmbia	0,561	0,365	-4	34,5	0,617	135	0,913	101	0,318	2007 D
142 Bangladeche	0,558	0,396	4	28,7	0,529	115	0,908	107	0,237	2011 D
142 São Tomé e Príncipe	0,558	0,384	0	30,4	-	-	0,894	115	0,217	2008/2009 D
144 Guiné Equatorial	0,556	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO</b>										
145 Nepal	0,540	0,384	3	27,8	0,479	98	0,912	102	0,197	2011 D
146 Paquistão	0,537	0,375	2	28,7	0,563	127	0,750	145	0,237	2012/2013 D
147 Quênia	0,535	0,360	0	32,7	0,548	122	0,908	107	0,226	2008/2009 D
148 Suazilândia	0,530	0,354	-2	33,1	0,529	115	0,877	121	0,113	2010 M
149 Angola	0,526	0,295	-17	43,6	-	-	-	-	-	-
150 Mianmar	0,524	-	-	-	0,430	83	-	-	-	-
151 Ruanda	0,506	0,338	-4	33,1	0,410	79	0,950	80	0,352	2010 D
152 Camarões	0,504	0,339	-2	32,4	0,622	138	0,872	123	0,260	2011 D
152 Nigéria	0,504	0,300	-14	40,2	-	-	0,839	131	0,239	2011 M
154 Iémen	0,500	0,336	-2	31,7	0,733	152	0,738	146	0,191 <sup>h</sup>	2006 M
155 Madagáscar	0,498	0,346	2	30,3	-	-	0,917	99	0,420	2008/2009 D
156 Zimbabué	0,492	0,358	7	26,8	0,516	110	0,909	105	0,181	2010/2011 D
157 Papuásia - Nova Guiné	0,491	-	-	-	0,617	135	-	-	-	-
157 Ilhas Salomão	0,491	0,374	11	23,8	-	-	-	-	-	-
159 Comores	0,488	-	-	-	-	-	-	-	-	-
159 Tanzânia, República Unida da	0,488	0,356	8	26,9	0,553	124	0,916	100	0,335	2010 D
161 Mauritània	0,487	0,315	-2	34,6	0,644	142	0,801	138	0,362	2007 M
162 Lesoto	0,486	0,313	-2	34,9	0,557	126	0,973	43	0,227	2009 D
163 Senegal	0,485	0,326	3	32,3	0,537	119	0,864	124	0,390	2010/2011 D
164 Uganda	0,484	0,335	5	30,8	0,529	115	0,896	114	0,359	2011 D
165 Benim	0,476	0,311	0	34,2	0,614	134	0,822	134	0,401	2006 D
166 Sudão	0,473	-	-	-	0,628	140	-	-	-	-
166 Togo	0,473	0,317	4	32,6	0,579	129	0,803	136	0,260	2010 M
168 Haiti	0,471	0,285	-3	38,9	0,599	132	-	-	0,242	2012 D
169 Afeganistão	0,468	0,321	7	30,0	0,705	150	0,602	148	0,293 <sup>h</sup>	2010/2011 M
170 Djibouti	0,467	0,306	2	33,7	-	-	-	-	0,127	2006 M
171 Costa do Marfim	0,452	0,279	-2	37,9	0,645	143	-	-	0,307	2011/2012 D
172 Gâmbia	0,441	-	-	-	0,624	139	-	-	0,329	2005/2006 M
173 Etiópia	0,435	0,307	5	28,0	0,547	121	0,853	126	0,537	2011 D
174 Malauí	0,414	0,282	1	31,6	0,591	131	0,891	116	0,332	2010 D
175 Libéria	0,412	0,273	-1	32,8	0,655	145	0,786	140	0,459	2007 D
176 Mali	0,407	-	-	-	0,673	148	0,771	143	0,533	2006 D

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	IDH ajustado à desigualdade		Coeficiente de Desigualdade Humana	Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de desenvolvimento humano por gênero		Índice de Pobreza Multidimensional	
	Valor	Valor	Diferença na classificação do IDH		Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor <sup>a,d</sup>	Ano/Inquérito <sup>e</sup>
177 Guiné-Bissau	0,396	0,239	-4	39,4	-	-	-	-	0,495	2006 M
178 Moçambique	0,393	0,277	2	28,9	0,657	146	0,879	120	0,390	2011 D
179 Guiné	0,392	0,243	-1	37,8	-	-	0,785	141	0,548	2005 D
180 Burundi	0,389	0,257	2	32,6	0,501	104	0,904	109	0,442	2010 D
181 Burquina Faso	0,388	0,252	2	34,6	0,607	133	0,924	97	0,508	2010 D
182 Eritreia	0,381	-	-	-	-	-	-	-	-	-
183 Serra Leoa	0,374	0,208	-3	43,6	0,643	141	0,799	139	0,405	2010 M
184 Chade	0,372	0,232	1	36,8	0,707	151	0,762	144	-	-
185 Centro-Africana, República	0,341	0,203	-2	39,9	0,654	144	0,776	142	0,424	2010 M
186 Congo, República Democrática do	0,338	0,211	1	36,8	0,669	147	0,822	134	0,399	2010 M
187 Níger	0,337	0,228	3	31,8	0,674	149	0,714	147	0,584	2012 D
<b>OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS</b>										
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	0,500	2006 M
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Agrupamentos por IDH</b>										
Desenvolvimento humano muito elevado	0,890	0,780	—	12,0	0,197	—	0,975	—	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,735	0,590	—	19,3	0,315	—	0,946	—	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,614	0,457	—	25,2	0,512	—	0,875	—	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,493	0,332	—	32,4	0,587	—	0,834	—	—	—
<b>Regiões</b>										
Estados Árabes	0,682	0,512	—	24,2	0,546	—	0,866	—	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,703	0,564	—	19,5	0,331	—	0,943	—	—	—
Europa e Ásia Central	0,738	0,639	—	13,2	0,317	—	0,938	—	—	—
América Latina e Caraíbas	0,740	0,559	—	23,9	0,416	—	0,963	—	—	—
Ásia do Sul	0,588	0,419	—	28,0	0,539	—	0,830	—	—	—
África Subariana	0,502	0,334	—	33,5	0,578	—	0,867	—	—	—
<b>Países menos desenvolvidos</b>	0,487	0,336	—	30,9	0,570	—	0,859	—	—	—
<b>Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento</b>	0,665	0,497	—	24,9	0,478	—	-	—	—	—
<b>Mundo</b>	<b>0,702</b>	<b>0,541</b>	<b>—</b>	<b>22,8</b>	<b>0,451</b>	<b>—</b>	<b>0,920</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

## NOTAS

- a** Com base nos países para os quais é calculado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- b** Os países estão classificados por desvio absoluto da paridade de gênero no IDH.
- c** O Índice de Pobreza Multidimensional revisto tem por base um conjunto de especificações revistas das privações em três dimensões – saúde, educação e padrões de vida – descritas na Nota Técnica 5 disponível em <http://hdr.undp.org/en>.
- d** Nem todos os indicadores estiveram disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que faltam dados, a ponderação dos indicadores foi ajustada para totalizar 100%.
- e** D indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, M indica que os dados são de Inquéritos de Grupos de Indicadores Múltiplos

e N indica que os dados são de inquéritos nacionais.

- f** Os dados referem-se apenas à parte urbana do país.
- g** Indicador sobre mortalidade infantil inexistente.
- h** Indicadores sobre nutrição inexistentes.
- i** Os dados referem-se apenas a uma parte do país (9 províncias).
- j** Indicador sobre o tipo de base (piso) inexistente
- k** Indicador sobre combustível para cozinhar inexistente.
- l** Indicador sobre frequência escolar inexistente.
- m** Indicador sobre eletricidade inexistente.

## FONTES

**Column 1:** Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013), do

Instituto de Estatística da UNESCO (2013), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Banco Mundial (2014) e do FMI (2014).

**Coluna 2:** Cálculos do GRDH baseados nos dados constantes da coluna 1 e desigualdades das distribuições do tempo de vida esperado, dos anos de escolaridade e do rendimento ou do consumo, conforme descrito na Nota Técnica 2.

**Coluna 3:** Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 2 e nas classificações IDH dos países recalculadas através do IDHAD.

**Coluna 4:** Cálculo baseado na média aritmética das desigualdades estimadas em três dimensões do IDH, conforme descrito na Nota Técnica 2.

**Coluna 5:** Cálculos do GRDH baseados em dados do Grupo das Nações Unidas para o Cálculo da Mortalidade Materna (2013), do UNDESA (2013a),

da UIP (2013), de Barro e Lee (2013), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013) e da OIT (2013a).

**Colunas 6 e 7:** Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b), do Banco Mundial (2014) e da OIT (2014).

**Colunas 9 e 10:** Calculado a partir dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde (DHS) da ICF Macro, dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (MICS), e, em certos casos, dos inquéritos nacionais às famílias baseados na metodologia dos DHS ou dos MICS.

**Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais:** O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento. Encontram-se disponíveis em linha recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 em [hdr.undp.org](http://hdr.undp.org), incluindo textos completos e resumos do Relatório em mais de 20 línguas, uma série de documentos de investigação do desenvolvimento humano encomendados com vista ao relatório de 2014, bases de dados e mapas interativos contendo os indicadores nacionais de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias subjacentes aos índices de desenvolvimento humano empregues no Relatório, fichas informativas dos países e outro material de base, bem como os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH) globais, regionais e nacionais.

**Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais:** Nas últimas duas décadas, foram produzidos RDH de âmbito regional sobre as principais regiões do mundo em desenvolvimento, com o apoio dos gabinetes regionais do PNUD. Com análises provocadoras e recomendações políticas claras, estes RDH regionais analisaram questões tão cruciais como o empoderamento político nos países árabes, a segurança alimentar em África, as alterações climáticas na Ásia, o tratamento das minorias étnicas na Europa Central e os desafios suscitados pela desigualdade e a segurança dos cidadãos na América Latina e nas Caraíbas.

**Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais:** Desde o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional em 1992, foram produzidos RDH Nacionais em 140 países por equipas editoriais locais com o apoio do PNUD. Estes relatórios – cerca de 700 até à data – trazem uma perspetiva de desenvolvimento humano às preocupações das políticas nacionais através de consultas e investigação geridas localmente. Os RDH nacionais têm abordado muitas das questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento, desde as alterações climáticas ao emprego dos jovens, passando pelas desigualdades alimentadas por questões de género ou de etnia.

## Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990–2014

1990	Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano
1992	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
1993	Participação das Pessoas
1994	Novas Dimensões da Segurança Humana
1995	Género e Desenvolvimento Humano
1996	Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
1997	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
1998	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
1999	Globalização com Uma Face Humana
2000	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
2001	Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
2002	Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
2003	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
2004	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
2005	Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
2006	A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
2007/2008	Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
2009	Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
2010	A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
2011	Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos
2013	A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado
2014	Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

One United Nations Plaza

New York, NY 10017

[www.undp.org](http://www.undp.org)

Mais de 200 milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, são atingidas anualmente por catástrofes naturais. O número de pessoas forçadas a deslocar-se por motivo de conflitos ou perseguição — 45 milhões em finais de 2012 — é o valor mais elevado dos últimos 18 anos. Os reveses económicos ameaçam minar conquistas sociais, mesmo em sociedades industrializadas avançadas. A globalização, para além dos muitos contributos positivos, é também veículo de novas vulnerabilidades: Os choques sentidos numa região do mundo propagam-se rapidamente, afetando a vida das pessoas a nível mundial.

O Relatório de 2014 destaca a necessidade de promover as escolhas das pessoas e de proteger os progressos alcançados em matéria de desenvolvimento humano. O Relatório sublinha a importância de identificar e fazer face a vulnerabilidades persistentes, reforçando a resiliência e melhorando a capacidade das pessoas para enfrentar os choques — financeiros, naturais ou outros.

Embora quase todas as pessoas se sintam vulneráveis em algum momento da sua vida, determinados indivíduos e grupos estão, sistematicamente, numa situação desfavorecida. Quase 1,5 mil milhões de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional, com privações coexistentes na saúde, educação e qualidade de vida. E perto de 800 milhões de

pessoas mostram-se vulneráveis a um regresso à situação de pobreza quando ocorrem contratempos. O presente Relatório centra-se nas pessoas em maior risco e nos principais fatores determinantes da vulnerabilidade. Analisa causas estruturais — marginalização social, posição na sociedade e insuficiência de serviços públicos — e contempla as diferentes vulnerabilidades enfrentadas nas várias etapas do ciclo de vida.

A ocorrência de perigos e choques é inevitável, no entanto, é possível adotar medidas para minimizar o impacto desses acontecimentos na redução do desenvolvimento humano. O presente Relatório defende que numerosos choques e reveses podem ser superados com políticas adequadas e um maior empenho na coesão social. A existência de mecanismos de deteção precoce e a realização de investimentos modestos no momento oportuno podem, em geral, reduzir consideravelmente as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Por conseguinte, uma abordagem do desenvolvimento humano que não inclua a análise da vulnerabilidade e da resiliência estará sempre incompleta. Identificar e visar os grupos vulneráveis, reduzir a desigualdade e abordar as vulnerabilidades estruturais é essencial para um desenvolvimento humano sustentável ao longo das gerações.

*“O combate às vulnerabilidades permite a todas as pessoas partilhar do progresso do desenvolvimento e tornará o desenvolvimento humano cada vez mais equitativo e sustentável.”*

—Helen Clark, Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

*“São numerosas as causas e consequências da vulnerabilidade. A redução de vulnerabilidades é um elemento essencial de qualquer agenda em prol da melhoria do desenvolvimento humano. Todavia, o êxito na redução das vulnerabilidades implica abordá-las numa perspetiva sistémica abrangente.”*

—Joseph Stiglitz, laureado com o Prémio Nobel, no capítulo 4

*“A resiliência humana implica a eliminação de entraves que restrinjam a liberdade de ação das pessoas. Consiste, também, em capacitar os grupos desfavorecidos e excluídos para que expressem as suas preocupações, sejam ouvidos e agentes ativos na construção do seu próprio destino.”*

—Khalid Malik, autor principal do Relatório, no capítulo 1

*“Não obstante os grandes e variados progressos realizados, continuam a existir grupos e indivíduos vulneráveis — e nenhum o é mais do que o portador de deficiência. As Nações Unidas estimam que mais de mil milhões de pessoas vivam com alguma forma de deficiência, tendo uma representação desproporcionada entre as pessoas mais pobres do mundo.”*

—Professor Stephen Hawking, no capítulo 1